Conselho traçou rumos estratégicos

“Vamos industrializar no Brasil os minerais críticos”, define Lula

Agência Brasil



“Não vamos repetir o que foi feito com o ouro, deixaram só o buraco”

O presidente Lula participou na quarta-feira (4) da primeira reunião do Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos. O órgão foi criado pelo governo federal para traçar os rumos da indústria brasileira do setor e proteger as riquezas minerais do país. Lula destacou que o Brasil vai investir intensamente na produção local após a pesquisa e a retirada dos minerais estratégicos e das terras raras brasileiras. O Brasil detém a segunda maior reserva de terras raras do mundo. **Pág. 3**

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 4.074 11 a 17 de Novembro de 2026

Ettore Chiereguini - Agif - Via AFP



Josué defende “ajuste fiscal” nos exorbitantes lucros pagos para o rentismo

O empresário e ex-presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes, em artigo no domingo (8) no jornal Folha de S. Paulo, afirmou que o debate sobre a atual taxa de juros mantida pelo Banco Central em um dos maiores patamares do mundo não pode ser “censurado”. A “interdição ao debate sobre os juros tem de acabar”, afirmou. **Pág. 2**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Contra a ditadura do pensamento único”, escreve economista Kliass

AFP



Centenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas de Paris e mais 250 cidades por toda a França

Protestos levantam a França contra ajuste fiscal de Macron

Um tsunami de greves e protestos de trabalhadores levanta a França pela valorização do salário mínimo, pela preservação dos serviços públicos e contra a lógica financista de “ajuste fiscal” do presidente Emmanuel Macron. No apagar das luzes de seu governo, Macron insiste na política de terra arrasada, ampliando os confrontos e levando mais de 1,6 milhão de franceses às ruas, afirmou a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Na quinta-feira (5), as centrais sindicais uniram a força dos trabalhadores com os estudantes secundaristas e universitários em uma jornada nacional de manifestações, cobrando o fim do arrocho salarial e defendendo recursos para o ensino público. **Pág. 6**

O economista Paulo Kliass defendeu, em artigo para o HP, que “Lula precisa dizer um não à ditadura do pensamento único e abrir seu novo governo para um futuro do Brasil desenvolvido e livre das amarras do poder do capital financeiro e do imperialismo estadunidense”. Para ele, “os representantes do financismo fazem cara de paisagem, como se não tivessem se envolvido até o último fio de cabelo na campanha de Flávio Bolsonaro”, e passaram “imediatamente a colocar em marcha a mesma estratégia adotada em 2022”. **Página 2**

Lula e Lara Resende desmontam falácia dos que apregoam o “arrocho fiscal”

O presidente foi claro: “para construir um ativo novo, você pode fazer dívida”. André Lara Resende quer a queda dos juros e disse que seu pagamento é um verdadeiro “bolsa-banqueiro”. Uma grande farsa e mentira foram desvendadas pela população brasileira durante a última campanha eleitoral. A conversa fiada de que o “tesouraço” de Flávio Bolsonaro significaria alguma solução para os problemas do país ruiu. Tudo isso foi desmascarado pela campanha de Lula. **Pág. 3**

Ata do Copom mente para manter o golpe do juro alto

Pág. 2

Ata do Copom é a maior fake news já difundida no país

A ata do Copom, divulgada pelo Banco Central nesta terça-feira (10), é uma das maiores fake news já difundidas no Brasil em toda a sua história. Os diretores do BC fabricam uma realidade inexistente para justificar uma política monetária completamente irresponsável e prejdicial ao país.

Os tecnocratas que atuam no BC agem como verdadeiros marionetes do sistema financeiro na defesa absurda de que o Brasil mantenha os maiores juros do mundo. Com este objetivo fabricam uma realidade paralela e concluem que há "expectativas desancoradas" no país. Uma baboseira para justificar o assalto crônico ao orçamento público.

"*A principal conclusão obtida, e compartilhada por todos os membros do Comitê, foi a de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior [juros mais altos] e por mais tempo do que outrora seria apropriado*", informou o BC, no documento.

Ou seja, não se discute as causas de uma possível elevação inflacionária. Se há guerra, os juros altos são a solução. Se não há chuvas, a alta dos juros se impõe, se o governo precisa investir para crescer, o BC promete mais juros, e assim por diante. A verdade é que seja lá o que ocorrer no mundo e no país, o objetivo é único: subir juros e provocar uma recessão no país.

Não é coisa séria. Eles querem derrubar a economia para que sobre mais dinheiro para os banqueiros e especuladores. Simples assim. Não importa que não seja nenhum excesso de demanda a causa da suposta aceleração inflacionária. Os juros altos é a única coisa que eles receitam. O tempo todo. O objetivo não é regular economia nenhuma. O que há é ganância por mais dinheiro. E que se dane o país. É caso de polícia.

O Copom avaliou, por fim, que "*perseverança, firmeza e serenidade na condução da política de juros contribuirão para a reancoragem das expectativas, ou seja, para trazer as expectativas de inflação para os próximos anos de volta às metas fixadas, com "menor custo*".

O custo dessa sabotagem escancarada ao país é altíssimo. O objetivo é impedir que o presidente eleito destine os recursos públicos necessários para a retomada do crescimento. O Banco Central interrompeu a queda das taxas de juros, mantendo a Selic em 13,75%, a maior taxa de juro real do mundo e diz que isso vai ficar assim por muito tempo. Uma taxa de juros que impede qualquer investimento produtivo na economia.

E, pior, esta é uma decisão baseada numa mentira. Ela foi baseada em expectativas fabricadas pelos próprios bancos. O país está com sua economia em desaceleração. Mas eles veem excesso de demanda. A ata diz que após a reeleição de Lula, o mercado financeiro – que havia apostado todas as fichas no candidato fascista – realizou fortes ajustes em suas expectativas para a inflação, taxa de juros e para o crescimento da economia neste ano e nos próximos.

Em linhas gerais, esses "analistas" elevaram consideravelmente suas projeções de inflação, reduziram as expectativas de crescimento da economia e passaram a prever uma taxa de juros mais elevada do que antes. As estimativas para o dólar também subiram bastante. Ou seja, fabricaram uma piora das projeções como pretexto para arrochar o país.

Mesmo com o Brasil tendo um dos menores déficits primários do mundo, como demonstrou recentemente o economista André Lara Resende, os "analistas" do mercado têm manifestado como mantra uma preocupação com a trajetória das contas públicas.

Eles fingem esquecer que o principal gasto público do país é exatamente com os juros da dívida – que consomem R$ 1,2 trilhão por ano – e impõem aumentos sistemáticos desses mesmos juros. O que eles querem na realidade é que o governo corte as despesas primárias, ou seja, as despesas com a sociedade, que estão equilibradas.

Outros recados do Banco Central revelam que o objetivo central do órgão é mesmo impor uma recessão ao país, como fica claro neste trecho da ata.

"*Os resultados de pesquisas de desempenho do comércio demonstram inflexão, especialmente nos segmentos mais sensíveis ao crédito. Esse resultado é esperado em um contexto em que a política monetária em patamar restritivo mantém taxas de juros do crédito livre bastante elevadas, tanto no segmento de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas*", informou

Continua: https://horadopovo.com.br/vergonha-ata-do-copom-e-a-maior-fake-news-ja-difundida-no-pais/

SÉRGIO CRUZ

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Contra a ditadura do pensamento único, defende economista Kliass



Foto: Vitor Solemar

Paulo Kliass é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

"Lula precisa dizer um não à ditadura do pensamento único e abrir seu novo governo para um futuro do Brasil desenvolvido e livre das amarras do poder do capital financeiro e do imperialismo estadunidense"

PAULO KLIASS*

Passadas apenas 2 semanas depois do anúncio da sensacional vitória da candidatura de Lula à reeleição, os olhares e as articulações se voltam para os rumos que o presidente vai conferir ao seu quarto e último mandato à frente do Palácio do Planalto. Os representantes do financismo fazem cara de paisagem, como se não tivessem se envolvido até o último fio de cabelo na campanha de Flávio Bolsonaro, mais um ser dessa família abjeta que foi derrotado por Lula em disputa presidencial. O povo da finança e os frequentadores da Faria Lima passaram imediatamente a colocar em marcha a mesma estratégia adotada em 2022. Com a derrota de seu candidato preferencial na disputa presidencial, reorientaram o leme para indicar os nomes de sua preferência para ocupar o posto de Ministro da Fazenda e para sequestrar a agenda da política econômica do futuro governo.

A preocupação maior desse pessoal é com a manutenção da essência da política monetária e o aprofundamento ainda maior da política fiscal. Uma loucura! Espelhando-se na estratégia adotada por Margaret Thatcher na longínqua década de 1980, eles tentam emplacar agora sua versão atualizada do famoso TINA proposto pela então Primeira-Ministra da Grã-Bretanha. Tratava-se do acrônimo para a frase "There is no alternative" em inglês – não existe alternativa, em português. Essa era a justificativa utilizada pela chamada Dama de Ferro para tentar convencer a população de seu país e o resto do planeta a respeito das vantagens do modelo neoliberal que ela buscava implementar a todo custo.

A ideia era que o mundo caminhava de forma indubitável para um cenário de confirmação do capitalismo naquela virada de século e de milênio, como o modelo definitivo de organização da economia e da sociedade por todos os continentes. A experiência dos países do chamado socialismo real no leste europeu havia sido superada após a queda do Muro de Berlim e pelo próprio fim da União Soviética. O autor Francis Fukuyama havia mesmo preconizado o "Fim da História", em um livro em 1992, apresentando de forma oportunista uma leitura determinística e apressada do processo de mudança que estava em movimento. A própria evolução histórica posterior demonstrou a falácia da proposição.

CONSENSO DE WASHINGTON É COISA DO PASSADO

Pois esse era o ambiente social, político e ideológico em que os fundamentos do neoliberalismo global se assentavam. As instituições multilaterais [a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Compensações Internacionais (BIS), dentre tantas outras], as universidades e centros de pesquisa em economia, os grandes meios de comunicação e os demais aparelhos ideológicos do Estado constituíram uma interpretação comum a respeito dos problemas da economia capitalista e das soluções necessárias para encontrar o tão almejado equilíbrio. Qualquer tipo de análise fora da caixinha era imediatamente isolada e tachada de idealista ou irresponsável.

O exercício pleno da hegemonia esmagadora desse tipo de abordagem só foi minimamente abalado com o advento da crise econômico-financeira de 2008/9. Naquele momento, os próprios países do chamado centro do capitalismo perceberam a profundidade dos efeitos dos desarranjos nos diferentes tipos de mercado. Esse quadro inesperado obrigou os governos dos Estados Unidos e da União Europeia a mandarem às favas a doutrina neoliberal. Com o objetivo pragmático de salvar o sistema e impedir que a crise assumisse proporções ainda mais graves, as regras da austeridade fiscal e da redução do espaço do Estado na economia foram maliciosamente deixadas de lado. Os governos promoveram intervenções pesadas e diretas na economia para impedir falências de bancos e de grandes conglomerados industriais e financeiros. A velha receita de deixar tudo a cargo de um provisional livre arranjo das forças de oferta e demanda foi estrategicamente deixada de lado.

Por volta de uma década mais tarde, a emergência da crise da Covid 19 também forçou um abandono das doutrinas livre mercadistas e assentadas no neoliberalismo. Os Estados nacionais passaram a assumir, como quase nunca haviam feito até então, a responsabilidade direta e indireta pelo fornecimento dos serviços públicos de assistência social e saúde, além das pesquisas no domínio da ciência e tecnologia. Mais uma vez, ficou provado que a situação exigia maior presença do governo e não o seu contrário, como preconizavam os porta-vozes do financismo pelo mundo afora.

SIM, TEMOS ALTERNATIVA

Ocorre que ambos os eventos não tiveram a força necessária para recolocar de pé e em funcionamento uma nova ordem global. Passadas as crises e o breve instante de negação dos preceitos neoliberais, o modelo econômico mundializado sob a hegemonia do capital financeiro retoma a lógica anterior de funcionamento. No Brasil, em particular, esse movimento é ainda mais agudo. Em raríssimos momentos ao longo destas décadas, a essência do receituário do chamado Consenso de Washington deixou de ser aplicada pelos sucessivos governos, independentemente das colorações político-ideológicas distintas dos mesmos. Com maior ou menor intensidade segundo as conjunturas, mas o fato é que processos de privatização, redução da dimensão do Estado, austeridade fiscal e liberalização da economia de uma forma geral têm sido as marcas fundamentais de nossa sociedade desde o início da década de 1990.

Assim, atravessamos agora também outro episódio deste processo que se assemelha a uma ditadura do pensamento único. A grande imprensa e a maioria das lideranças políticas de diferentes filiações político-partidárias repetem de forma uníssona a necessidade de um "ajuste fiscal". O mantra é repetido à exaustão, como uma verdadeira panaceia para redimir todo os nossos males. Trata-se de uma clara tentativa de levar em frente a realização de um terceiro turno das eleições presidenciais. Afinal, a vitória de Lula teve alguns componentes a mais do que apenas o significado da derrota de Flávio Bolsonaro e do sonho da extrema direita de voltar ao poder em Brasília. Quando o candidato à reeleição superou o adversário nas urnas no último domingo de outubro recente, o resultado teve o sentido de expressar o desejo da maioria da população por mudanças. As pesquisas de opinião demonstravam um descontentamento com o rumo das coisas ao longo do terceiro mandato.

Continua: https://horadopovo.com.br/contra-a-ditadura-do-pensamento-unico-por-paulo-kliass/

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Josué propõe "ajuste" nos juros extorsivos que sufocam o país

Não se "pode transferir a conta para os programas sociais e para quem mais depende deles", afirma o ex-presidente da Fiesp



Josué Gomes: superar um dos maiores entraves ao nosso desenvolvimento

O empresário e ex-presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes, em artigo neste domingo (8) no jornal Folha de S. Paulo, afirmou que o debate sobre a atual taxa de juros mantida pelo Banco Central em um dos maiores patamares do mundo não pode ser "censurado".

A "interdição ao debate sobre os juros tem de acabar", afirmou Josué logo no título de seu artigo em defesa "um pacto nacional para recuperar a capacidade de crescimento da economia e superar um dos maiores entraves ao nosso desenvolvimento: o custo extraordinariamente elevado do dinheiro".

"Mas há uma questão ainda mais preocupante: estabeleceu-se uma espécie de interdição ao debate sobre os juros. Todos reconhecem que precisam cair, mas qualquer discussão sobre como alcançar esse objetivo que não se limite a cortes de despesas públicas é recebida com desconfiança ou desqualificada antecipadamente", acrescentou.

Ao introduzir o tema, o presidente da Coteminas pede "reflexão" sobre o pânico nos mercados após a vitória de Lula nas eleições presidenciais, atrelando à "frustração das apostas de investidores" em Flávio Bolsonaro e criticou a interferência do "mercado" que tenta "determinar sozinho como o Brasil deve organizar seu ajuste".

Em seguida, o ex-presidente da FIESP cita o artigo de André Lara Resende, um dos criadores do Plano Real, que coloca a política de juros e os ganhos dos detentores de títulos públicos no centro da discussão.

Em "Eu Acuso: Uma Proposta para Eliminar os Juros Absurdos", publicado em 25 de setembro, Lara Resende sugere reduzir gradualmente a Selic de 13,75% para aproximadamente 7,5% em 12 meses, além de criar um Conselho Fiscal e Monetário Nacional para coordenar metas de juros, inflação e contas públicas.

O texto foi duramente criticado especialmente pelos representantes da Faria Lima e do rentismo, corroborados pela mídia conservadora, ao inverter a lógica do debate fiscal brasileiro, que busca responsabilizar as despesas públicas pelo crescimento da dívida e exige cortes orçamentários em programas sociais e áreas como saúde e educação, ao serem desvinculadas do orçamento da União.

"O debate suscitado pelo trabalho técnico do economista André Lara Resende é um exemplo dessa dificuldade. Não precisamos concordar com suas propostas para reconhecer a importância de discuti-las. O que não podemos aceitar é que sejam censuradas antes mesmo de um debate lúcido. Uma sociedade que pretende resolver problemas complexos não pode transformar em tabu a discussão sobre o custo mais elevado da economia", diz Josué Gomes em seu artigo.

"O endividamento dos indivíduos, das famílias, das empresas e dos governos exige isso. Precisamos, também, de responsabilidade fiscal. É necessário rever despesas, combater desperdícios, avaliar subsídios, eliminar privilégios e melhorar a eficiência do Estado. Mas o ajuste não pode, simplesmente, transferir a conta para os programas sociais e para quem mais depende deles", acentuou.

O empresário então chama o mercado financeiro para a responsabilidade e defende que o ajuste recaia também sobre os lucros exorbitantes pagos nos juros da dívida pública.

Leia mais: https://horadopovo.com.br/empresario-josue-gomes-defende-ajuste-fiscal-nos-lucros-exorbitantes-pagos-ao-rentismo/

Focus espalha mentiras para manter o Brasil campeão mundial de juros altos

Economistas desmascaram cartel dos bancos que sabotam o desenvolvimento para seguir embolsando R$ 1,2 trilhão de juros por ano retirados do orçamento

O boletim Focus divulgado pelo Banco Central (BC), nesta segunda-feira (9), mostra que o cartel dos bancos elevou suas projeções para a taxa básica de juros da economia (Selic) de 13,5% para 13,75% ao fim de 2026, em sintonia com o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que interrompeu a queda da Selic em sua última reunião.

Com mentiras sobre a trajetória da economia, os bancos aumentam a pressão para que o presidente Lula aplique um plano de arrocho fiscal – cortes nos gastos públicos, nos investimentos e direitos sociais. A manutenção da taxa de juro real do Brasil como a mais alta do mundo desvia recursos da sociedade e enriquece a parcela mais rica da sociedade.

Os bancos e seus porta-vozes na mídia querem cortes em benefícios da Previdência Social, assim como a desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais (como o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) do salário-mínimo. Também defendem o congelamento ou eliminação do ganho real do salário-mínimo, aplicando-se apenas a correção da inflação, além do congelamento de salários do funcionalismo público. Defendem o fim dos pisos constitucionais da saúde e educação, atualmente fixados em 15% e 18% respectivamente, da receita corrente líquida, entre outras ações que levem a retrocessos sociais e eliminação de direitos dos trabalhadores.

Ou seja, os bancos exigem que Lula assuma os compromissos do candidato derrotado no pleito eleitoral de 2026, Flávio Bolsonaro, que prometia implantar no Brasil o mesmo modelo econômico lesa-pátria de Javier Milei, com fortes medidas de austeridade e desregulamentação que fizeram disparar a pobreza, o desemprego e a fome na Argentina.

Eleito com mais de 64 milhões de votos no segundo turno das eleições deste ano, Lula afirma que não vai sacrificar o povo como quer o mercado.última sexta-feira (6).

Leia mais: https://horadopovo.com.br/boletim-focus-espalha-mentiras-para-manter-brasil-como-campeao-mundial-dos-juros-altos/

“Vamos industrializar no Brasil os minerais críticos”, afirma Lula

Thiado Cristino/Câmara dos Deputados



Deputada federal Jandira Feghali

Jandira: o voto distrital misto dá força ao “poder econômico” e “dificulta a renovação da sociedade”

A deputada Jandira Feghali, líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, em entrevista ao HP, criticou o modelo de voto distrital misto, cuja proposta que tramita no legislativo foi apresentada como uma das prioridades de discussão e deliberação, ainda este ano, pelo presidente Hugo Motta (Republicanos/PB).

“O voto distrital misto nunca foi de fato aplicado no Brasil. Houve uma tentativa no período da ditadura militar, mas o voto no Brasil sempre foi o voto proporcional, que é o voto correto porque a Câmara tem que representar a pluralidade, a diversidade brasileira, as correntes de opinião, e o voto distrital impede isso, afirmou a parlamentar.

Jandira acrescentou que “o voto distrital limita o candidato que aborda tematicamente o Brasil, que tenha características diferenciadas na sua própria história como os indígenas e os quilombolas. É um voto que aplica com muito mais força o poder econômico, o poder do prefeito, o poder local.

A líder do PCdoB considera que a mudança do voto proporcional para o voto distrital misto “dificulta a representação mais à esquerda e de renovação da sociedade brasileira”.

“Portanto, conceitualmente, somos contra, até porque a aplicação no Brasil seria muito difícil de ser feita. É muito importante que a gente mantenha o voto proporcional, até aprimorado, com mecanismos que impeçam distorções, mas o voto distrital misto, não”, sentenciou a deputada, para concluir:

“Na prática, é como eleger um senador em cada distrito e o resto dos votos você joga fora”.

O QUE É VOTO DISTRITAL MISTO?

Trata-se de um modelo híbrido que combina dois sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional. O eleitor vota duas vezes, uma no candidato de seu distrito (voto majoritário) e outra em uma lista partidária (voto proporcional).

Metade das cadeiras é preenchida pelos vencedores nos distritos, e a outra metade, por candidatos de partidos que recebem votos suficientes na lista, respeitando a proporcionalidade. Países como Alemanha, Japão, México, Bolívia, Hungria, Venezuela, Sérvia e Nova Zelândia já utilizam esse formato.

Mas ele esconde alguns problemas que afetam diretamente a representação popular e, consequentemente, o próprio processo democrático.

A primeira é a perda do voto de opinião, e ela afeta o próprio conceito de representação, sendo o parlamentar um representante de interesses, ideias e visões de mundo, e não de territórios, como explicou a deputada Jandira Feghali.

Numa sociedade diversa, em que as identidades já não seguem a vizinhança, pessoas da mesma rua pensam de forma muito diferente, enquanto outras, separadas por centenas de quilômetros, partilham o mesmo projeto de sociedade. Na parcela distrital, esse voto só conta se o candidato vencer naquele território; se perder, simplesmente desaparece. Quem tem causa, mas não tem território, é empurrado para fora do jogo.

A segunda é a transferência de poder do eleitor para os partidos – muitos dos quais, no Brasil, ainda fortemente influenciados pelo poder econômico e outros poderes que deformam o processo eleitoral.

Com listas fechadas, quem decide a ordem dos nomes são as direções dos partidos, e o eleitor deixa de escolher entre os candidatos de uma legenda para ratificar uma fila montada nem sempre com critérios justos. Há quem defenda que o eleitor, em uma votação preliminar, faça, ele próprio, a ordem da lista, mas esse mecanismo só tornaria mais complexo o processo eleitoral.

Na metade distrital o efeito é parecido: cada partido lançará um único nome por distrito, e essa vaga tende a ir para quem tem trânsito na direção e poder econômico, não para uma liderança sem recursos. Num país em que, ainda, muitos partidos funcionam como feudos, isso significaria estreitar, e não ampliar, o canal de participação e a própria representatividade da sociedade.

A terceira é o risco de distritos desenhados sob medida. Quem traça as linhas pode concentrar ou dispersar determinados eleitores para favorecer este ou aquele grupo. No Brasil, a ameaça tem uma face ainda mais grave: em territórios periféricos sob influência de facções, um distrito pequeno é muito mais fácil de capturar do que um estado inteiro. A crítica não é retórica e foi registrada em audiências na própria Câmara dos Deputados que debateram a matéria.

A quarta é a paroquialização do mandato, e aqui a evidência é farta: quanto mais concentrada a votação de um deputado, mais distributivista é a sua atuação, voltada a benefícios para o próprio reduto em detrimento das questões nacionais. Institucionalizar o distrito é transformar essa tendência em regra. Temas que atravessam fronteiras — política econômica, ciência e inovação, desigualdades sociais, desigualdade racial, políticas ambientais, direitos indígenas, violência contra a mulher, entre outras — perdem espaço.

VOTO PROPORCIONAL: CONQUISTA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição de 1988 fez uma escolha clara ao manter o sistema proporcional para as casas legislativas: apostou na representação da diversidade de uma sociedade enorme, desigual e plural.

Foi esse modo que permitiu, ao longo de quase quatro décadas, a entrada no Parlamento de trabalhadores, sindicalistas, lideranças de movimentos sociais, mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ que jamais venceriam uma disputa majoritária num território dominado por interesses menores.

Reprodução



Lula e todos os membros do Conselho Nacional de Industrialização dos Minerais

Lula e Lara Resende desmontam falácia dos que apregoam “arrocho fiscal” contra o país

Uma grande farsa e mentira foram desvendadas pela população brasileira durante a última campanha eleitoral. A conversa fiada de que o “tesouraço” de Flávio Bolsonaro significaria alguma solução para os problemas do país ruiu. Tudo isso foi desmascarado pela campanha de Lula. O povo percebeu que o “tesouraço” alardeado pela campanha fascista representaria, ne verdade, uma desgraça para a sua vida.

O chamado “mercado financeiro” ávido por amealhar ativos públicos e bilhões de forma fácil e rápida, apostou todas as suas fichas no projeto bosonarista. Queria estrangular a sociedade, cortar investimentos, programas sociais e serviços públicos para continuar sugando o país – e até aumentar a sangria dos cofres públicos – através dos maiores juros do planeta. O programa de Flávio era a radicalização de tudo isso.

Terminada a eleição, frustrados com a derrota avassaladora, os parasitas da especulação iniciaram um ataque na bolsa de valores e no câmbio. Se deram mal, mas preparam, em seguida, uma campanha orquestrada para que o presidente Lula aplicasse o plano do candidato perdedor, ou seja, aplicasse o mesmo tesouraço de Flávio, só que travestido com o nome de “ajuste fiscal”.

Começaram um verdadeiro alarido de que a dívida pública estaria à beira de explodir e que os cortes sociais eram urgentes e inevitáveis. Diuturnamente os porta-vozes do mercado financeiro deram voz aos economistas pagos pelos bancos para repetir ad nausean que Lula não teria outra alternativa a não ser anunciar os cortes nos programas sociais.

O presidente Lula acabou com a festa numa só tacada. Em reunião do Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, ocorrida na sexta-feira (6), ele deu uma resposta à pressão dos especuladores: “Não levaremos o povo pobre a nenhum sacrifício como quer o mercado”, afirmou o presidente.

Ele falou também sobre a cobrança de seriedade fiscal. “Quantos países do mundo têm a seriedade fiscal que temos? Qual a dívida dos Estados Unidos? Da França? Do Japão? Da Itália?”, questionou. “Perto da nossa, é o dobro, em relação ao PIB? E, se a gente for analisar a nossa dívida de verdade, ela nem é tudo que aparece”, completou.

O presidente deixou claro ainda que o endividamento público pode ser um mecanismo útil para o desenvolvimento do país. “Ninguém pode gastar mais do que tem. Agora, se a gente quiser construir um ativo novo, você pode fazer dívida, mas para construir um patrimônio para esse país. Uma ferrovia, uma estrada, uma ponte, um aeroporto. Você pode fazer uma dívida desde que você possa pagar”, argumentou.

A resposta de Lula foi certeira. Este é o caminho para tirar o Brasil da camisa de força imposta pelas restrições aos investimentos e serviços públicos com vistas à prioridade ao pagamento de juros da dívida. A “ditadura fiscalista” imposta pelo “mercado” é um mecanismo pelo qual os 1% mais ricos do país – e principalmente os especuladores estrangeiros que atuam no país através dos bancos internos – ficam ainda mais ricos.

Paralelo à fala do presidente, o economista André Lara Resende também deu uma grande contribuição ao debate ao denunciar esse esquema como sendo o “bolsa-banqueiro”, que desvia recursos da sociedade e impede o crescimento do país. O economista defende a redução das taxas de juros e a retirada das decisões sobre política monetária das mãos do mercado. Ele propõe a criação de um Conselho Monetário e Fiscal que substituiria o Copom, do Banco Central na definição da taxa de juros.

Tanto Lula quanto Lara Resende estão apontando que o maior gasto público do país é com os juros da dívida e que isto deve ser corrigido. É esse gasto que eleva a dívida. Os dois estão defendendo mudar este caminho para que o Brasil supere a injustiça de destinar R$ 1,3 trilhão por ano só para pagamento de juros enquanto o restante da sociedade fica espremido pelos limites impostos pelo mercado. Ironicamente o mercado não impõe nenhum limite aos gastos com juros mas e querem a “ditadura do ajuste fiscal” para a sociedade.

SÉRGIO CRUZ

Flávio senta em cima de projeto que combate milicianos e facções há mais de 500 dias

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) está há mais de 500 dias segurando a tramitação de um projeto de lei que prevê a prisão por até 15 anos de milicianos e outros criminosos que dominam territórios. O levantamento foi feito pelo jornal O Estado de S.Paulo.

Mesmo tendo fugido para os Estados Unidos para não ser preso por seus crimes, Flávio Bolsonaro ainda é senador da República e presidente da Comissão de Segurança Pública.

Na condição de presidente da Comissão, ele escolheu, em julho de 2025, a si mesmo para ser o relator do PL 1345/2025, de autoria do senador Rogério Carvalho (PL-SE).

O texto cria uma tipificação penal de organizações criminosas que promovem domínio territorial, como é o caso de milícias e facções.

Desde que Flávio assumiu a relatoria, o projeto não andou em nada. O texto que atinge milicianos e faccionados está congelado. Flávio Bolsonaro não apresentou nenhum relatório, nem deu qualquer encaminhamento à proposta.

Enquanto era candidato a presidente da República, ele chegou a dizer que iria “reconquistar cada metro, cada rua, cada bairro, cada cidade e cada território”.

Na prática, ele está atrapalhando o andamento de uma lei que pode ajudar no combate a esse tipo de crime.

O PL de Rogério Carvalho prevê a prisão por até 15 anos por “violência ou ameaças para controlar o espaço, impedir a liberdade das pessoas, cobrar taxas ou impedir a circulação de pessoas e bens”, isto é, pela dominação de territórios.

A pena ainda pode ser aumentada de 1/6 a 2/3 caso tenha a participação de crianças, adolescentes ou servidores públicos, o emprego de arma de fogo ou conexões internacionais.

O autor da proposta, Rogério Carvalho, criticou Flávio por mentir para a população quando dizia que iria “retomar cada território dominado por facções e milícias”. “Na prática, ele age de forma contrária ao que prometeu: mantém na gaveta um projeto meu que faz exatamente isso”, explicou.

“Flávio prometeu enfrentar o crime organizado, mas segurou justamente o texto que pune as milícias. Fica a pergunta: por quê?”, completou.

Na primeira reunião do do Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, foram definidos os minerais estratégicos para o Brasil

O presidente Lula participou na quarta-feira (4) da primeira reunião do Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos. O órgão foi criado pelo governo federal para traçar os rumos da indústria brasileira do setor e proteger as riquezas minerais do país.

Lula destacou na reunião que o Brasil vai investir intensamente na produção local após a pesquisa e a retirada dos minerais estratégicos e as terras raras brasileiras. O Brasil detém a segunda maior reserva de terras raras do mundo, perdendo apenas para a China.

“O Brasil tem minerais estratégicos para o futuro do planeta. São recursos essenciais para fabricar celulares, baterias de veículos elétricos, painéis solares, processadores, turbinas, radares, foguetes e equipamentos de defesa”, destacou o presidente.

“Nesta quarta-feira, realizamos a primeira reunião do Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos”, informou Lula, destacando que empresas estrangeiras serão bem-vindas mas terão que obedecer regras. “Não vamos repetir com os minerais críticos o que foi feito com o ouro brasileiro”, disse Lula, lembrando que os colonialistas europeus enriqueceram com os nosso outro e o Brasil ficou sem nada.

“Aprovamos uma lista de elementos e substâncias prioritários para que possamos refinar e industrializar nossos minerais aqui mesmo, no Brasil”, informou o chefe do Executivo.

“Queremos transformar nossas riquezas em tecnologia, inovação e desenvolvimento. Vamos construir parcerias com outros países, mas sempre protegendo nossa soberania”, prosseguiu Lula. “A prioridade”, destacou o presidente, “é gerar empregos, criar oportunidades para o nosso povo e garantir que a riqueza dos nossos recursos naturais contribua para o crescimento econômico do Brasil”.

Alckmin defende “agregar valor, industrializar os minerais críticos”

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, enfatizou que os minerais críticos devem ser industrializados no país ao invés de servirem como matéria-prima para exportação.

“Nós temos que agregar valor”, pontuou o vice-presidente na primeira reunião do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, presidido pelo presidente Lula, na quinta-feira (5).

“Nosso país tem a segunda reserva do mundo de terras raras, minerais estratégicos, e poderemos ter muito boas notícias, porque só 30% tiveram um estudo mais aprofundado no ponto de vista geológico”, observou.

O vice-presidente reforçou falas de membros do Conselho que destacaram a importância dos minerais críticos para o mundo e a necessidade do Brasil controlar e regular esta riqueza.

O Conselho é para “a industrialização de minerais críticos e estratégicos”, enfatizou o vice-presidente.

O vice-presidente citou o enxofre, fundamental para a agricultura. Ele comentou que não “tem fosfatado se não tiver enxofre”. “Custava até a obstrução do Estreito de Ormuz menos de R$ 200 dólares a tonelada de enxofre”.

“A tonelada de enxofre hoje custa mais de mil dólares. Multiplicou por cinco vezes o valor em razão da dificuldade do acesso a esse mineral estratégico que é o enxofre”.

Alckmin destacou a importância da lei que Lula sancionou sobre o setor. “A lei é central para estabelecer regras, o balizamento, a instalação do Conselho, a política nacional de minerais críticos que vai receber projetos estabelecer critérios e incentivos”, disse.

Deputados Zeca Dirceu e Lindbergh Farias condenam BC por manter juros nas alturas

Os deputados federais Zeca Dirceu (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) criticaram a decisão do Banco Central em manter a taxa Selic em 13,75% ao ano.

O deputado Zeca Dirceu denunciou que é “extremamente equivocada” a decisão do Banco Central de manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano e que isso resulta no sequestro do dinheiro público pelos bancos.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reuniu na quarta-feira (4) e decidiu manter a taxa Selic em 13,75% ao ano.

Para Zeca Dirceu, o Copom se baseou em “desculpas esfarrapadas” para manter essa “taxa de juros criminosa, uma taxa de juros que se coloca entre as maiores do mundo”.

Nenhuma “das justificativas que são colocadas para essa manutenção da taxa de juros se sustenta. Países dos mais diversos — ricos, pobres e de diferentes regiões do mundo — têm inflação muito maior do que o Brasil e uma taxa de juros bem menor. Países têm déficit muito maior do que o Brasil e têm uma taxa de juros muito menor do que isso”, denunciou o parlamentar.

Além de atrapalhar a economia, impedindo novos investimentos, os juros altos também geram um buraco nas contas do país, que precisa fazer transferências cada vez maiores para os bancos.

Kayo Magalhães/Câmara



Zeca Dirceu e Lindbergh Farias

“O povo brasileiro precisa saber que grande parte dos impostos que a população paga, que quem produz paga, não vai para a Saúde, não vai para a Educação, não vai para a Previdência Social; está indo para alimentar esse sistema perverso de um país que convive com uma taxa de juros que não é razoável”, criticou.

O deputado avalia que o governo Lula precisa nomear novos diretores para o Banco Central “que se preocupem com a vida das pessoas, com o que está passando com os pequenos, médios e grandes empresários, com os agricultores e a população que está endividada”.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) considera que o capital financeiro e especulativo do Brasil, concentrado na Faria Lima, está realizando uma chantagem contra o governo federal para impedir o programa de investimentos e desenvolvimento do presidente Lula.

“É inadmissível que, depois da derrota de seu candidato, a Faria Lima passe a torcer contra o Brasil e use os juros como instrumento de pressão sobre o governo eleito”, disse.

Farias considera que “o Copom atendeu à chantagem do mercado e manteve o país preso a juros que encarecem o crédito, impedem investimentos e sufocam a produção. Trabalhadores, empresas e contas públicas pagam a conta enquanto o rentismo segue lucrando”.

“O Banco Central precisa explicar ao país os fundamentos da decisão de interromper o ciclo de cortes e como ela contribui para o desenvolvimento”, completou.

Privatizada Sabesp quer vender patrimônio para incorporadoras

Empresa entregue à iniciativa privada por Tarcísio faz negociata com incorporadora para vender ativos imobiliários que fazem parte do patrimônio público

Privatizada pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), em julho de 2024, a Sabesp segue colocando seu patrimônio à disposição dos interesses privados. Agora, imóveis da companhia estão sendo negociados com a incorporadora Cyrela para a construção de empreendimentos imobiliários em São Paulo.

A operação foi revelada pela Folha de S.Paulo, na quarta-feira (4), e tem como agravante o sigilo sobre os endereços dos imóveis e os valores envolvidos. A movimentação provocou questionamentos de parlamentares e reação de internautas, diante da transformação do patrimônio de uma empresa pública em oportunidade de negócios para o mercado imobiliário.

Segundo a Folha, a Cyrela apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um pedido para adquirir imóveis da companhia com a finalidade de desenvolver empreendimentos imobiliários. No documento, a incorporadora afirma que a operação ampliará a oferta de prédios novos em São Paulo e a classifica como um "negócio jurídico intrínseco ao cotidiano de uma incorporadora". Nem a empresa nem a Sabesp quiseram comentar a negociação. Os endereços dos bens e o valor da transação foram mantidos sob confidencialidade.

Um dos imóveis que a Sabesp colocou à venda no início deste ano é um terreno de aproximadamente 3 mil metros quadrados na esquina da Alameda Ministro Rocha Azevedo com a Rua Barão de Capanema, nos Jardins, a poucos metros da Rua Oscar Freire. Considerado um dos últimos grandes terrenos disponíveis naquela região, o imóvel despertou o interesse de dez incorporadoras. De acordo com a apuração do veículo, as propostas variaram de R$ 50 mil a R$ 70 mil por metro quadrado, o que poderia elevar o preço total para algo entre R$ 154 milhões e R$ 215 milhões. A Trisul chegou a participar das negociações. Ainda não há confirmação, porém, de que esse terreno esteja incluído na operação com a Cyrela.

A comercialização da área já havia provocado questionamentos do vereador Nabil Bonduki (PT), que acionou formalmente a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), por meio da indicação 143/2026. O parlamentar chamou a atenção para o fato de que o terreno abriga a Estação Elevatória de Água Barão de Capanema, desativada desde 2004, mas cuja possível reativação consta dos cenários do planejamento de abastecimento da própria Sabesp para garantir o atendimento até 2045.

A estrutura tem importância estratégica para o abastecimento da região da Avenida Paulista, que concentra hospitais e unidades de saúde. Bonduki alertou que a venda do terreno e a retirada dos equipamentos podem comprometer essa possibilidade e exigir obras de difícil execução e alto custo para transportar água por outros caminhos. Por isso, cobrou os estudos técnicos que fundamentaram a decisão de colocar a área à venda.

Em resposta ao vereador, a Arsesp informou que não havia recebido solicitação formal de anuência para a comercialização daquele imóvel. A agência ressaltou que a alienação de bens vinculados à prestação do serviço depende de autorização regulatória prévia, com análise individualizada das condições de continuidade, segurança e confiabilidade do abastecimento. A própria reguladora admitiu não dispor de uma relação consolidada dos imóveis que a concessionária pretende vender, uma vez que não existe obrigação de comunicação sistemática dessas operações.

A Bancada Feminista do PSOL na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) ingressou com uma ação popular para tentar anular a venda dos imóveis da Sabesp. A iniciativa questiona a negociação do patrimônio da companhia sem transparência sobre os bens envolvidos e os valores da operação, além dos possíveis impactos da alienação de áreas que podem ser necessárias à prestação dos serviços de abastecimento.

O deputado estadual Mauro Maurici (PT) também criticou a operação. Em manifestação nas redes sociais, destacou que a população desconhece quais imóveis estão sendo negociados e por quais valores. "Depois de privatizar a Sabesp, Tarcísio agora vê o patrimônio da companhia sendo negociado com o mercado imobiliário, enquanto os imóveis envolvidos e os valores da transação ficam sob sigilo. A população não sabe exatamente o que está sendo vendido nem por quanto", denunciou.

Maurici chamou a atenção especialmente para o terreno dos Jardins e para a possibilidade de reativação da estação elevatória. "Estudos de planejamento da própria Sabesp apontam a possibilidade de reativar essa estrutura para garantir o abastecimento até 2045, inclusive em uma região que concentra hospitais e unidades de saúde", ressaltou.

O deputado também destacou que a Arsesp não recebeu pedido formal de autorização para a venda do imóvel e que a alienação de bens vinculados ao serviço exige avaliação técnica. "É isso que acontece quando o controle de uma empresa responsável por um serviço essencial sai das mãos do Estado. Quem garante que o interesse da população vai estar acima dos interesses imobiliários?", questionou. Ao final, advertiu: "O patrimônio do povo paulista não pode ser tratado sem transparência e responsabilidade!"

As críticas também apareceram nos comentários de leitores da Folha e nas manifestações de seguidores do deputado no Instagram. Na página do jornal, um internauta questionou a atuação da incorporadora na aquisição de áreas públicas: "Cryrela é a compradora e a donatária esrrelada no Brasil, ela é a Dona dos terrenos e equipamentos imobiliários de municípios e Estados! Vive de capturar terrenos públicos no precinho".

No Instagram de Maurici, os comentários expressaram indignação com a negociação e com a privatização da companhia. "Haddad iria tentar reverter essas privatizações… mas quem votou só pensando em si mesmo, fez sua escolha, agora todo mundo tem que aguentar as consequências!", escreveu uma seguidora. Outro comentário resumiu a preocupação com o patrimônio estadual: "Vai fazer a festa com tudo que é público no estado de SP, por mais quatro anos. MISERICÓRDIA".

A possível repercussão da venda sobre o abastecimento também foi mencionada. "Só quero ver como ficarão os hospitais da avenida Paulista. É assustador", escreveu uma internauta. Outros seguidores criticaram o processo de privatização e seus efeitos sobre São Paulo: "Que tristeza, São Paulo!!!! Quatro anos de desmonte" e "Vitória de Tarcísio é derrota para São Paulo", foram algumas das manifestações.

A negociação evidencia que, mesmo depois da transferência do controle da Sabesp à iniciativa privada, o patrimônio acumulado pela companhia ao longo de sua história continua sendo convertido em oportunidade de exploração econômica. Com o governo paulista reduzido a 18% do capital da empresa, a população perde instrumentos de controle sobre decisões que envolvem imóveis e estruturas que podem ser fundamentais para o abastecimento.



STF

Estação na região dos Jardins ameaçada pela negociata com a Cyrela



Marcello Casal Jr

Proposta de Camilo Santana, apoiada pelo presidente Lula, está no caminho certo e é uma alternativa séria à demagogia bolsonarista

Redução da maioridade penal não é panaceia e nem pode ser tabu

A aprovação da PEC da Segurança Pública e o anúncio, feito pelo presidente Lula, da criação do ministério da Segurança Pública são conquistas históricas da sociedade brasileira no combate ao crime e devem ser comemoradas entusiasticamente.

A realidade comprovou que não deu certo deixar a responsabilidade com a segurança pública apenas nas mãos dos governos estaduais, como fez a Constituição de 1988. Os governos estaduais não deram conta e a criminalidade cresceu nas últimas décadas. Agora, com a participação da União, com a integração das forças e os investimentos maciços em inteligência, as coisas tenderão a melhorar.

PEC DA SEGURANÇA E IDADE PENAL

Uma vitória importante do governo foi ter separado a discussão sobre a redução da maioridade penal da discussão sobre a PEC da Segurança. Não se podia atrasar mais a decisão sobre o reforço no combate à criminalidade no país. Se a emenda sobre a maioridade penal entrasse na discussão, a PEC da Segurança teria que voltar para a Câmara dos Deputados e tudo se atrasaria. Era tudo o que os criminosos queriam.

Há também uma questão sobre a redução da maioridade penal que deve ser levada em consideração. A de que este é um tema que demanda uma discussão mais aprofundada e uma maior participação do conjunto da sociedade nas definições sobre esse assunto tão importante. O envio do debate para a Câmara dos Deputados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi uma boa iniciativa e permitirá que essa discussão seja feita no Brasil com mais tempo e com a profundidade necessária.

Todos sabemos que a redução da maioridade penal não é uma panaceia que solucionaria todos os problemas da criminalidade do país, como fazem parecer os grupos bolsonaristas em sua permanente demagogia e oportunismo eleitoral. Este é um tema muito mais sério e que não pode ser tratado de forma irresponsável ou apenas com fins eleitoreiros, como vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos.

A proposta apresentada pelo ex-ministro da Educação, Camilo Santana, de redução da maioridade penal para 16 anos para crimes graves é uma boa alternativa e está de acordo com o que é praticado atualmente na grande maioria dos países do mundo.

EXPERIÊNCIA MUNDIAL

Países como China, França e Rússia, por exemplo, adotam a maioridade penal aos 16 anos e possuem tribunais juvenis. Eles adotam também uma gradação nas idades imputáveis, de acordo com a gravidade dos crimes. Na China, por exemplo, a partir 12 anos já há responsabilização penal por crimes cometidos.

Na Inglaterra a maioridade penal começa aos 10 anos. No Vietname, por sua vez, a maioridade penal é definida pela legislação a partir dos 16 anos. Nos EUA, não há uma definição de maioridade penal. Lá, as pessoas de qualquer idade que cometerem crimes podem ser presas. Na Alemanha, a maioridade penal começa aos 14 anos, mas com prioridade para as medidas educativas.

No Canadá, crianças respondem por crimes a partir de 12 anos. Em Cuba a maioridade penal é de 16 anos e no Japão é de 14 anos. Ou seja, não há uma questão de princípio de que a idade penal deva ser a que atualmente é adotada no Brasil, de 18 anos. Além disso, o que é primordial é que o Brasil faça como a maioria desses países, ou seja, que crie tribunais juvenis, que separe os infratores jovens dos adultos e invista pesadamente na recuperação de seus jovens.

É evidente que este é um assunto que não pode ser debatido isoladamente. Ele deve estar inserido em discussões mais amplas sobre proteção da juventude e da sociedade e que busquem não só recuperar aqueles jovens que sejam recuperáveis para o convívio com a sociedade, mas que invistam intensamente na prevenção da criminalidade.

PREVENIR A COOPTAÇÃO

A atenção prioritária de qualquer país, e certamente é o que deve ocorrer no Brasil, deve ser impedir que os jovens sejam capturados pela criminalidade. Como diz o presidente Lula, "é muito mais barato investir em escolas e universidades do que em presídios".

Uma vez dentro do sistema, o que é recomendável, e que é praticado na maioria dos países citados, é a separação dos jovens que cometeram qualquer tipo de delito dos criminosos mais velhos e também a separação daqueles que cometem crimes menos graves dos criminosos mais perigosos.

O objetivo prioritário deve ser investir na recuperação das pessoas, principalmente dos mais jovens. Só quem conheceu alguém que cometeu algum delito e que foi recuperado para o convívio social, sabe da importância disso para as famílias e para o país. Aqueles que cometeram crimes graves ou hediondos e são irrecuperáveis, esses não podem voltar a conviver na sociedade. Neste caso, a proposta de Camilo Santana se encaixa bem naquilo que o mundo inteiro entende como a melhor solução.

O empenho deve ser para impedir, e isso deve estar e todas as propostas discutidas no Brasil, que os jovens de qualquer idade sejam cooptados pelos detentos das facções nos grandes presídios e se transformem em mais mão de obra para o crime organizado. A proposta de Camilo Santana, que é apoiada pelo presidente Lula, segue nesta direção e está no caminho certo. É uma proposta que pode e deve prosperar como alternativa à demagogia bolsonarista.

SÉRGIO CRUZ

Ricardo Stuckert



Governador Tarcísio de Freitas

Tarcísio aumenta ICMS da gasolina, do diesel e gás depois da eleição

Passada a eleição, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) votou pelo aumento do ICMS sobre gasolina, diesel e gás de cozinha. A partir de 1º de fevereiro de 2027, o paulista vai pagar mais imposto estadual cada vez que abastecer o carro, o caminhão ou trocar o botijão. A decisão foi tomada em 29 de outubro, no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dias depois do segundo turno.

O próprio governo de São Paulo admite que o aumento vai chegar às bombas: a gestão Tarcísio calcula um acréscimo de R$ 0,07 a R$ 0,13 por litro no preço final pago pelo consumidor, em todo o estado, da capital a Campinas.

O diesel, que move o transporte de cargas, terá a maior alta. O imposto estadual passa de R$ 1,17 para R$ 1,30 por litro, um salto de 11,1%.

No gás de cozinha, o aumento significa R$ 0,91 a mais de imposto em cada botijão de 13 quilos. Com repasse integral, encher um tanque de 50 litros de gasolina vai custar R$ 3,50 a mais só de ICMS. No diesel, R$ 6,50 a mais pelo mesmo volume.

Durante a campanha, Tarcísio passou meses atacando o governo Lula por causa de impostos, segundo o ministro Guilherme Boulos. Os bolsonaristas repetiram que a esquerda aumenta imposto e que eles iriam baixar. Fechadas as urnas, o governo paulista deu o voto a favor de mais imposto sobre o combustível.

A decisão foi política. O ICMS é um imposto estadual, e quem define o valor cobrado sobre os combustíveis são os governadores no Confaz. A Lei Complementar 192/2022 estabelece como o cálculo é feito, mas, segundo especialistas, não obriga nenhum governador a elevar a carga tributária. São Paulo podia ter dito não.

O governo Tarcísio fez questão de registrar, em nota, que o aumento foi ratificado "por unanimidade". Ou seja, o estado mais rico do país votou sim.

O aumento do diesel não fica no posto. Quase toda a comida, os remédios e as mercadorias que circulam em São Paulo chegam de caminhão. Com o imposto mais alto, o frete sobe, e o custo vai parar no preço da cesta básica nos supermercados e nas feiras livres. Quem não tem carro também vai pagar a conta do voto de Tarcísio.

Caminhoneiros, entregadores e motoristas de aplicativo, que dependem do combustível para trabalhar, perdem renda direto. Para as famílias mais pobres, o gás de cozinha mais caro se soma ao transporte mais caro e encolhe o salário no fim do mês.

Polícia apreende celular de candidata bolsonarista por vídeo criminoso contra filha de Omar Aziz

A Polícia Civil do Amazonas apreendeu um celular e um computador na casa da empresária Maria do Carmo Seffair (PL), em Manaus, na manhã desta sexta-feira (6). A busca faz parte da investigação sobre um vídeo divulgado durante a campanha ao governo do estado que usou uma fotografia do governador eleito Omar Aziz (PSD) com a filha adolescente. O delegado Marcelo Martins, responsável pelo inquérito, classificou o conteúdo como "estarrecedor".

Segundo Martins, a edição do vídeo destacou a mão de Aziz sobre a perna da filha, que estava sentada no colo do pai. Na avaliação do delegado, o enquadramento foi usado para dar conotação sexual à cena. O inquérito, conduzido pela Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente, apura possíveis violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

O vídeo foi publicado em uma rede social de Maria do Carmo, que disputou o governo do Amazonas contra Aziz. A polícia vai examinar os aparelhos apreendidos para esclarecer quem participou da divulgação e se a então candidata sabia da publicação ou autorizou que ela fosse feita. A defesa sustenta que Maria do Carmo desconhecia o conteúdo.

As buscas ocorreram no Vieiralves, em Manaus, depois que o desembargador Paulo Feitoza, do Tribunal de Justiça do Amazonas, derrubou a liminar que suspendia o mandado. Maria do Carmo estava fora de casa quando os policiais chegaram e compareceu ao imóvel acompanhada por advogados. Martins relatou dificuldades para entrar na residência e discussões durante a diligência, mas disse que a ordem judicial foi cumprida integralmente.

A Polícia Civil também apura se informações sobre a diligência circularam antecipadamente e se houve ocultação ou descarte de provas. Na véspera da operação, Maria do Carmo publicou um vídeo em que dizia estar à espera da polícia. Na gravação, ela afirmou que soube da busca por notícias publicadas em portais e blogs e que estava disposta a colaborar.

Em nota divulgada após a operação, os advogados de Maria do Carmo afirmaram que garantias legais e prerrogativas da advocacia foram desrespeitadas durante as buscas. A defesa classificou a ação como perseguição política, questionou a conduta dos agentes por possível abuso de autoridade e criticou a divulgação de informações de um processo que tramita sob segredo de Justiça.

Em carta aberta, entidades sociais repudiam ajuste fiscal e defendem prioridade para o desenvolvimento

Entidades da sociedade civil, como centrais sindicais, entidades estudantis, de negros, mulheres, trabalhadores sem terra, e trabalhadores sem teto, conselhos federais, sindicatos, confederações e associações profissionais, além de personalidades e políticos divulgaram uma Carta Aberta à Sociedade Brasileira em defesa de uma política fiscal que priorize a garantia de direitos e o desenvolvimento social do país.

"A juventude, as mulheres, a população negra, as pessoas idosas, os trabalhadores e trabalhadoras, as pessoas do campo e da cidade, os movimentos sociais, sindicais, dos povos e comunidades tradicionais, das populações que vivem nos diferentes territórios desse país continental e outros tantos saíram às ruas neste segundo turno para defender o Brasil, os direitos conquistados e um país mais justo. Esse movimento expressou uma mensagem clara: a sociedade quer um país que amplie oportunidades, reduza desigualdades e não deixe ninguém para trás", afirma o documento.

A Carta, disponível em plataforma de petições online, cobra uma revisão do arcabouço fiscal – conjunto de regras que limitam o investimento, reajustes salariais e a ampliação dos serviços públicos – para atender às demandas expressas nas urnas, como recursos para a saúde, Previdência, educação e desenvolvimento social com mais empregos, aumento do salário mínimo, garantia de direitos, valorização dos servidores e distribuição justa das riquezas.

"Responsabilidade fiscal não é sinônimo de retirada de direitos, precarização dos serviços públicos e nem pode contribuir para a concentração de renda e riqueza", afirma o texto.

O documento, contrário ao corte de gastos, destaca que "é preciso abrir espaço fiscal para um novo ciclo de desenvolvimento econômico, social e sustentável, que fortaleça a soberania nacional e a capacidade do Brasil de decidir seus próprios rumos, com aumento do salário mínimo e valorização dos servidores públicos, preservando os pisos de financiamento da saúde e da educação e a vinculação das aposentadorias e dos benefícios sociais ao salário mínimo. Esse é o caminho para abrir um novo horizonte de esperança, prosperidade e justiça social, à altura do enorme potencial do Brasil".

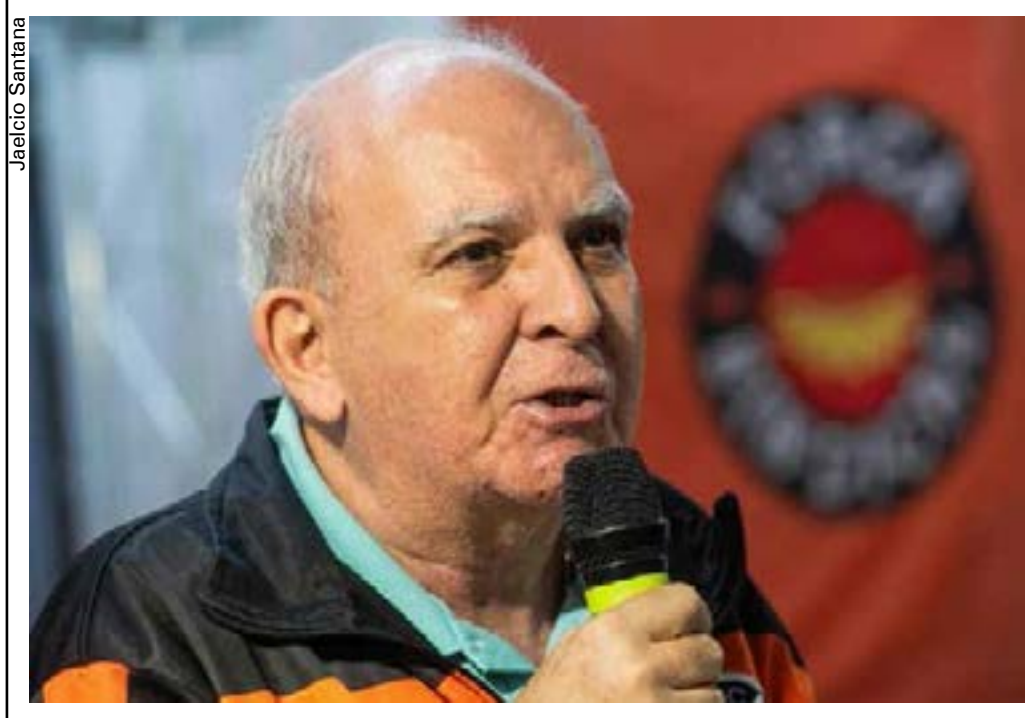
E finaliza afirmando que "nesse sentido, o novo jeito de governar deverá estar centrado nos interesses e nas prioridades da classe trabalhadora".

"Reafirmamos que o recado das ruas, redes e urna foi por um Brasil que enfrente privilégios, garanta direitos e não deixe ninguém para trás".

A Carta pode ser assinada por qualquer pessoa através da Internet, e faz um chamamento para que a sociedade compartilhe o documento e mantenha a mobilização em defesa dos recursos para os serviços públicos, os direitos sociais e o desenvolvimento do país.

Miguel Torres: "Brasileiros querem país livre desses juros desastrosos"

Jaelcio Santana



Miguel Torres, presidente da Força Sindical, repudiou manutenção dos juros

"Juros altos estrangulam o crédito, a produção e a geração", diz presidente da Força Sindical

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, criticou, na noite de quarta-feira (4), a decisão do Banco Central de manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75%. O presidente da central alertou para os impactos dos juros altos "sobre empregos, crédito e crescimento econômico", e cobrou a redução da Selic.

Em nota assinada por Torres, a central classifica a decisão de manter a taxa básica de juros em 13,75%, "uma das maiores do mundo", como "irracional, nefasta e desastrosa" para o setor produtivo e para os trabalhadores.

Para Torres, a decisão explicita que "os membros do Banco Central sabotam a economia brasileira e incentivam uma verdadeira extorsão financeira no País".

Ele alerta que "devido aos juros em patamares estratosféricos, haverá drástica redução de investimentos no ano que vem".

"Juros altos estrangulam o crédito, a produção e a geração de empregos de qualidade. Essa decisão, infelizmente, compromete o crescimento econômico, dificultando o consumo e deixando, praticamente impossível, o crédito para os menos favorecidos economicamente", ressalta o presidente da Força.

Ele chama a atenção para a desaceleração, com endividamento e inadimplência recordes do atual momento econômico do país e faz um apelo para a necessidade de "conciliar crescimento econômico, taxa de juros baixas e investimentos em infraestrutura, com ganhos sociais".

De acordo com a central, "enquanto muitos países patinam, ou estão em recessão econômica, o Brasil perdeu uma oportunidade de dinamizar a atividade econômica interna e de gerar mais emprego e renda se apostando firmemente no nosso mercado interno, através da redução da taxa de juros básica (Selic) e da adoção de políticas orientadas a ampliar a oferta de crédito aos consumidores e às empresas".

E finaliza afirmando que "na luta pela redução da taxa de juros os trabalhadores estão unidos a todos os brasileiros (as) que querem ver o país livre do rentismo e da especulação financeira desenfreada, que tem drenado imensas quantidades de recursos vitais ao pleno desenvolvimento do país".

Jorge Leão



"Selic a 13,75% é uma escolha contra o Brasil", denunciam entidades sindicais

Entidades sindicais, centrais, trabalhadores e lideranças políticas reagiram à decisão do Banco Central que manteve a taxa básica dos juros em 13,75%, na quarta-feira (4). Em Porto Alegre, uma mobilização convocada pela CUT-RS levou representantes do movimento sindical e trabalhadores à Esquina Democrática, no Centro de Porto Alegre, com a palavra de ordem: "Juros Baixos Já! Fim da Autonomia do Banco Central!".

De acordo com as lideranças sindicais e parlamentares presentes ao ato, "a definição da taxa básica de juros (Selic) deve estar subordinada ao projeto de desenvolvimento econômico e às decisões das urnas, e não aos interesses das instituições financeiras privadas".

"Eles querem corte nas políticas públicas e no gasto público. O nosso problema real é o juro alto. É um juro que causa o endividamento das famílias e que rende à política econômica ao sistema financeiro", afirmou Ísis Garcia, diretora do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários), durante o ato.

O presidente da Cut-RS, Amarildo Cenci, pediu um "basta" a "exorbitante e criminosa taxa de juros no Brasil", para que "esse dinheiro que rentabiliza os banqueiros seja para desenvolver o nosso país e proporcionar mais direitos para nossa população".

A deputada estadual Sofia Cavedon (PT) também defendeu mudanças na condução econômica do país, lembrando que "o presidente Lula candidato, foi muito cobrado pelo endividamento das famílias". "E nós sabemos que o endividamento das famílias vem da política desastrosa de Temer e Bolsonaro e da autonomia do Banco Central, com juros altos, em cima de uma política anacrônica de que juros altos é que seguram a inflação", afirmou.

Para a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), a manutenção da taxa básica dos juros em 13,75%, só "favorece os rentistas e compromete os investimentos públicos".

"É necessário questionar a quem serve uma política econômica que mantém o Brasil entre os campeões mundiais de juros, favorece os detentores de títulos da dívida e limita a capacidade de investimento do Estado. O debate sobre as contas públicas precisa considerar não apenas as despesas sociais, mas também o enorme volume de recursos destinado ao pagamento de juros", destaca a entidade, ressaltando que "a Selic a 13,75% é uma escolha contra o Brasil".

Referindo-se às análises de representantes do mercado contra a queda dos juros, a presidente da Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidente da CUT, Juvandia Moreira, pondera que "eles criticam o governo, democraticamente reeleito, de ser gastador e o pressionam, por meio da grande imprensa, a reduzir os investimentos primários, que chamam de 'gastos', mas o que eles não contam é que 51,6% da dívida pública federal está vinculada à Selic". Ou seja, "quanto mais alta a Selic maior também será a dívida do Estado, com menos recursos sobrando para o que importa, como saúde, educação e segurança", argumenta a sindicalista.

CUT



CUT: Enquanto o mercado se beneficia dos juros, produção e empregos travam

Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, na última quarta-feira (4), interrompendo o ciclo de reduções iniciado em março, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, chama o movimento sindical a se mobilizar ainda mais pela queda dos juros, e "ampliar sua participação no debate econômico e disputar os rumos da política monetária brasileira".

"A mídia e o sistema financeiro cercam o debate", então, é preciso enfrentar esse predomínio e "construir alternativas que coloquem o desenvolvimento e os interesses da população no centro das decisões", defende.

A entidade também defende que trabalhadores e representantes do setor produtivo participem dos espaços institucionais responsáveis pelas decisões econômicas, como o Conselho Monetário Nacional (CMN).

"O setor produtivo tem que estar lá, o movimento sindical tem que participar, porque mexe na vida de todo mundo", ressalta Nobre, enfatizando que "o crédito caro, dificulta investimentos, freia a produção e compromete a geração de empregos". Para Sérgio Nobre, "enquanto o mercado financeiro se beneficia dos juros elevados, trabalhadores, empresas e famílias enfrentam os efeitos de uma economia que poderia crescer mais e distribuir melhor seus resultados".

De acordo com a central, "o país precisa romper com um debate limitado pelos interesses do sistema financeiro e discutir o papel dos juros no desenvolvimento econômico".

"Isso virou um tabu no Brasil. Parece que não se pode questionar a meta de inflação de 3% ao ano, que é muito baixa e difícil de alcançar. Precisamos discutir se essa meta é adequada e quais são os impactos de persegui-la com juros tão elevados", afirmou o dirigente sindical.

Nobre destaca ainda que "enquanto empresas precisam produzir, contratar trabalhadores e assumir riscos para obter lucro, aplicações financeiras podem oferecer rendimentos elevados sem gerar empregos ou movimentar a produção".

"Você pega uma grande empresa, quando ela termina o ano e faz um resultado de 2%, 3%, ela solta fogos. Agora você coloca um investimento em título e tem 14% sem fazer nada o ano todo. Que tipo de comércio ou indústria vai dar um resultado desse?", questiona.

Segundo o presidente da CUT, "o resultado é uma economia que perde oportunidades de crescimento, geração de renda e criação de empregos". Para ele, "esse será o principal desafio do movimento sindical no ano que vem".

A vice-presidenta da CUT e presidente da Contraf, Juvandia Moreira, também reforça que as centrais, confederações e o movimento sindical como um todo, precisam intensificar a pressão pela redução dos juros e disputar o debate com o mercado financeiro.

"A Contraf-CUT, a CUT e todas as confederações de trabalhadores dos diferentes setores da economia têm um papel fundamental nessa luta: pressionar pela redução dos juros, assim como o mercado financeiro pressiona pela sua manutenção em níveis elevados. Precisamos também construir alternativas, reunir economistas com visão progressista e formular propostas que defendam os interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento do país", afirmou.

Pauli Pinto/Agência Brasil



Escala 5×2 será regulamentada sem prejuízos às empresas e com direitos garantidos, diz ministro do Trabalho

A regulamentação do fim da escala 6×1 deve ser definida nos próximos dias, de acordo com declarações do ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Segundo ele, o decreto que vai tratar da mudança deverá prever flexibilidade para adequar as jornadas às diferentes atividades econômicas, respeitando as particularidades de cada setor.

O ministro ressalta, no entanto, que a flexibilidade não poderá comprometer os direitos dos trabalhadores. Com a nova regra em vigor, nenhuma empresa poderá deixar de garantir as folgas previstas. "Todas as empresas têm que preservar o direito a duas folgas na semana, fechando dentro de uma escala de 30 dias. Então, nesses 30 dias, as oito folgas têm que ser constituídas", afirmou em entrevista ao portal Metrópoles.

Marinho também afirmou que a mudança será implementada sem prejuízos às empresas ou aos empregados, destacando que, nos setores que funcionam continuamente, como aqueles que não podem interromper suas atividades aos finais de semana, os ajustes deverão ocorrer por meio de negociação coletiva.

"Então, aqui [nesses casos], nós vamos ter que trabalhar um processo dentro da negociação para fazer o ajuste para que a empresa, o segmento econômico, não tenha prejuízo. E o trabalhador também não tenha prejuízo, tenha seus direitos preservados", explicou o ministro.

A regulamentação deverá estabelecer os parâmetros para essas negociações, com prioridade para acordos nacionais que possam ser adaptados posteriormente às realidades estaduais. "A gente pede que as empresas tenham muita maturidade, que os dirigentes sindicais tenham muita maturidade nesse processo de negociação para dar conta dessa proteção ao trabalhador e ao consumidor ao mesmo tempo", destacou.

HP — CHARGE DO ÉTON



HP 11 A 17 DE NOVEMBRO DE 2026



Manifestação do PC com entidades na Praça Vermelha. (foto: PC da Rússia)

PC da Rússia homenageia a Revolução Socialista de Outubro nos seus 109 anos

Uma manifestação em homenagem ao 109º aniversário da Revolução Socialista de Outubro ocorreu no coração de Moscou, neste sábado(7). Membros do Partido Comunista da Federação Russa (KRPF) e de organizações sociais e públicas se reuniram na Praça do Teatro de Moscou, muitos carregando bandeiras soviéticas.

Eles conversaram com seus apoiadores e moradores da capital e depois marcharam com bandeiras soviéticas até o Mausoléu de Lenin, onde depositaram flores.

"Outubro de 1917 iluminou o mundo com a luz de uma grande esperança. O poder soviético abriu as portas do conhecimento para milhões de operários e camponeses, garantiu o direito ao trabalho e ao descanso e assegurou a confiança no futuro. O trabalhador ergueu os ombros, conquistou dignidade e tornou-se um verdadeiro artífice da história", afirmou Gennady Zyuganov,Presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, na Praça do Teatro.

"Sob a liderança de Vladimir Lenin e Josef Stalin, nosso país superou séculos de atraso. As luzes de Magnitka e da Usina Hidrelétrica do Dnieper anunciaram o nascimento de uma poderosa potência industrial. O povo soviético derrotou o fascismo, ergueu o país das ruínas e pavimentou o caminho para as estrelas. Os avanços na economia e na ciência garantiram a paridade nuclear e de mísseis", registrou.

"Para os trabalhadores e camponeses de todo o mundo, o exemplo da URSS mostrou o caminho para uma vida melhor, para a libertação da opressão social e colonial. Os ideais da Grande Revolução Socialista de Outubro continuam a inspirar pessoas hoje a lutar pela liberdade e justiça. Os sucessos da China e do Vietnã, a experiência da Bielorrússia, a resiliência de Cuba e as experiências da Coreia do Norte e do Laos confirmam a vitalidade dos ideais e aspirações bolcheviques.

Dando continuidade ao trabalho da Grande Revolução de Outubro, os comunistas russos honram com reverência os feitos heróicos dos construtores do socialismo. Combinando a experiência soviética com os desafios da nova era, oferecemos ao país um Programa de Vitória. Os chefes das empresas populares e os comunistas à frente das regiões estão desenvolvendo com sucesso a indústria e a agricultura, construindo escolas e jardins de infância. No centro desse trabalho estão os interesses dos trabalhadores, o futuro da juventude e os ideais mais nobres", frisou.

"O Partido Comunista da Federação Russa está ativamente envolvido na defesa da Pátria. Comunistas e membros do Komsomol lutam bravamente contra o fascismo de Bandera. Enviamos ajuda humanitária à zona da Operação Militar Especial (SVO) na Ucrânia, cuidamos dos soldados e suas famílias e implementamos o programa 'Crianças da Rússia para as Crianças de Donbas'. Para nós, defender a Pátria e lutar por justiça social são coisas inseparáveis", assinalou.

"A bandeira vermelha da Grande Revolução de Outubro permanecerá para sempre um símbolo de feitos heróicos e grandes conquistas!

Nossa firmeza e lealdade ao socialismo são a garantia de novas vitórias!

Viva o Grande Outubro!

Viva a forte e justa pátria socialista!", concluiu Gennady Zyuganov.

Manifestantes tomam a França contra ajuste fiscal de Macron



Centenas de milhares tomaram Paris e mais de 250 cidades (AFP) (Getty Imagens)



Uma das maiores manifestações europeias exige prisão de Netanyahu

Em vez de recursos para salários e ensino público, governo mobilizou 70 mil policiais, com blindados, drones e helicópteros, para enfrentar as greves e os protestos

Um tsunami de greves e protestos de trabalhadores levanta a França pela valorização do salário mínimo, pela preservação dos serviços públicos e contra a lógica financista de "ajuste fiscal" do presidente Emmanuel Macron. No apagar das luzes de seu governo, Macron insiste na política de terra arrasada, ampliando os confrontos e levando mais de 1,6 milhão de franceses às ruas, afirmou a Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Na quinta-feira (5), as centrais sindicais uniram a força dos trabalhadores com os estudantes secundaristas e universitários em uma jornada nacional de paralisações e manifestações, cobrando o fim do arrocho salarial e defendendo recursos para o ensino público.

Mais de 260 cidades realizaram levantes ao longo de todo o país, após mais de um mês de mobilizações regulares e de grande porte. Centenas de liceus foram fechados, o transporte público foi duramente afetado e, em Paris, encerradas até mesmo as visitações à Torre Eiffel.

O movimento, iniciado em setembro com um protesto contra a falta de funcionários em uma escola a sudeste da capital, logo se espalhou por todo o território nacional. Aos estudantes que exigem mais recursos para a educação juntaram-se trabalhadores pressionados pela alta desenfreada dos combustíveis — causada pela guerra dos EUA ao Irã — e do custo de vida, além de reivindicações pela valorização das aposentadorias. O litro da gasolina na França ultrapassou a marca de dois euros, enquanto o diesel teve um aumento de aproximadamente 40% em relação a fevereiro.

"TUDO SOBE, EXCETO SALÁRIOS E APOSENTADORIAS"

Em nota conjunta, as centrais denunciaram que o país se encontra à beira do colapso, com o agravamento da recessão e os planos de demissão se perpetuando e multiplicando. "Tudo sobe, exceto salários e aposentadorias", condenaram.

Estampando um endividamento elevado, o país figura entre os piores desempenhos econômicos da Europa e o governo corta recursos sociais para manter a lógica das benesses ao sistema financeiro. A irracionalidade desse tipo de medidas já derrubou governos. Em 2025, o primeiro-ministro François Bayrou foi retirado por causa de um plano de corte de 44 bilhões de euros no orçamento. Seu sucessor, Sébastien Lecornu, se encontra em minoria e depende de negociações com partidos num parlamento fragmentado. O rótulo de "ajuste fiscal" virou, assim, a síntese da revolta: para os manifestantes, a conta da crise recai sobre quem vive de salário, aposentadoria e serviços públicos.

A resposta do Estado combinou negociação e força. Antes da paralisação de quinta, o governo conversou com as centrais sindicais para tentar conter a agitação. Ao mesmo tempo, o ministro do Interior, Laurent Nuñez, anunciou 70 mil policiais mobilizados, com apoio de blindados, drones e helicópteros. As forças de segurança são duramente criticadas por ferir manifestantes e pelo uso de táticas e práticas excessivamente violentas.

O ponto mais crítico chegou em outubro, depois de saques e confrontos no fim de semana de 17 e 18, quando Macron acusou grupos da oposição de promover atos "sediciosos" para derrubar a República. O governo decretou toque de recolher por três noites em regiões de várias cidades, entre elas Paris e Lyon, e a Prefeitura de Limoges foi parcialmente destruída pelo fogo. Cidades como Lyon, Rouen e Toulon proibiram protestos, e a oposição classificou as proibições de "liberticidas" — aquilo que mata a liberdade.

A eleição presidencial está marcada para abril e maio do ano que vem. Macron é impedido de disputar um novo mandato, e a líder da ultradireita, Marine Le Pen, lidera as pesquisas.

"Há uma sensação de frustração absoluta com a incapacidade do governo de funcionar", declarou o historiador Paul Smith, da Universidade de Nottingham, para quem fica cada vez mais difícil prever os próximos passos, enquanto a pilha de problemas só cresce.

Multidão sai às ruas de Amsterdã em repudio ao genocídio israelense em Gaza

Mais de 200 mil pessoas ocuparam as ruas da capital da Holanda, Amsterdã, neste domingo, 8 de novembro, em uma das maiores manifestações europeias recentes em defesa dos direitos do povo palestino.

Os manifestantes da mobilização convocada pelas organizações holandesas Oxfam Novib, PAX e outras entidades sociais, e apoiada pela Anistia Internacional, participaram da mobilização conhecida como "Linha Vermelha" (Rode Lijn), vestidos predominantemente de vermelho, símbolo de resistência e solidariedade.

A marcha começou na Museumplein, uma das principais praças da capital holandesa, e percorreu diferentes ruas da cidade. Os manifestantes agitavam bandeiras palestinas e carregavam cartazes com os dizeres "Não em meu nome", "Gaza está sendo devastada pela fome" e "Parem o genocídio". Palavras de ordem como "Palestina Livre" e "Vergonha para vocês" ecoavam pela multidão, enquanto os manifestantes exigiam ações das Nações Unidas.

Os organizadores pediram sanções comerciais mais duras contra Israel, a suspensão da venda de armas e o reconhecimento oficial das ações de Israel em Gaza como genocídio.

Com o lema "Nenhum dinheiro para o genocídio", os participantes também denunciaram o que consideram omissão e cumplicidade do governo holandês diante da crise humanitária palestina.

A mobilização dá continuidade a uma série de grandes protestos realizados na Holanda contra o genocídio israelense em Gaza. Em outubro de 2025, aproximadamente 250 mil pessoas participaram de uma manifestação semelhante em Amsterdã.

Equatorianos fazem Marcha Nacional para "Derrotar Noboa nas ruas e nas urnas"

Empunhando faixas e cartazes com a palavra de ordem "Derrotar Noboa nas ruas e nas urnas!", manifestantes tomaram as ruas de 12 cidades do Equador no sábado (7), exigindo a libertação da líder oposicionista Luisa González e mais recursos para a saúde pública, a educação, a segurança e a geração de empregos.

Na capital, Quito, jovens queimaram simbolicamente imagens de Noboa confeccionadas em cartolina, na avenida Pátria. A marcha, que saiu do parque La Alameda e avançou em direção ao norte, até as proximidades da Corte Constitucional e da Procuradoria, uniu manifestação cultural — com bonecos, apitos, fantasias, música e dança — e reivindicações por direitos sociais.

Enfrentando a chuva e o frio, os participantes entoaram a palavra de ordem "Fora Noboa, fora!", enquanto eram acompanhados por um forte contingente policial. Entre os cartazes, o mais visível trazia a frase "Basta de perseguição. Luisa livre!", ao lado da imagem da dirigente do movimento Revolução Cidadã (RC).

Ligada ao ex-presidente Rafael Correa (2007-2017), refugiado político que vive exilado na Bélgica desde abril de 2022, Luisa foi detida em 22 de outubro e está presa na província de Chimborazo, acusada de suposta "lavagem de dinheiro" relacionada ao financiamento irregular de sua campanha presidencial de 2023. Dessa forma, sem apresentar qualquer prova, o sistema judiciário — manipulado por Noboa e pela oligarquia equatoriana — fez com que a legenda oposicionista ficasse de fora das eleições locais.

Antes de ser presa, Luisa González também condenou a "podridão" do Judiciário equatoriano. Em sua página no Twitter, escreveu: "Hoje é a minha vez de ser detida sob uma acusação absurda. Responderei com a dignidade dos equatorianos, que nada me devem e que estão comprometidos em conquistar a liberdade para o Equador e um futuro melhor para o país".

Os manifestantes denunciaram a perseguição política e uma série de violações à legislação, entre elas a antecipação do pleito para o próximo dia 29 de novembro.

Leia matéria completa no site

Deputado americano defende deportação de Flávio Bolsonaro dos Estados Unidos

O deputado dos Estados Unidos, Robert Garcia, do Partido Democrata, disse que Flávio Bolsonaro é um criminoso que precisa ser deportado para o Brasil "para responder perante a Justiça".

Garcia enviou uma carta ao secretário de Estado de Trump, Marco Rubio, apontando a hipocrisia da política de perseguição a imigrantes, que aterroriza "crianças e pessoas trabalhadoras que buscam sustentar suas famílias e comunidades", mas aceita golpistas e corruptos da família Bolsonaro.

"Se o presidente [Donald Trump] alega que não deseja a entrada de criminosos nos EUA, por que permitir a entrada do sr. Bolsonaro? Ele deve ser enviado de volta ao Brasil imediatamente para responder perante a Justiça", apontou o deputado do Estado da Califórnia.

Robert Garcia foi reeleito para a Câmara dos Representantes dos EUA, derrotando o trumpista Brian Burley.

O presidente dos EUA, Donald Trump, autorizou a entrada de Flávio Bolsonaro e disse que ele pode ficar no país "pelo tempo que quiser". Flávio fugiu do Brasil poucos dias depois de ter perdido a eleição presidencial para Lula.

O filho de Jair Bolsonaro é investigado por lavagem de dinheiro e corrupção em escândalo no qual está associado ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. O banqueiro enviou pelo menos R$ 69 milhões para Flávio.

Flávio também é investigado por lavagem de dinheiro no caso das empresas e contas das quais era sócio junto com Willer Tomaz, empresário envolvido nos roubos no INSS.

Só EUA vota na ONU contra Direitos Humanos para abafar seu crimes

AFP



Cada vez mais a imagem de Trump associa os EUA a um regime autoritário



Papa Leão XIV visita a Argentina após iniciar roteiro pelo Uruguai (redes sociais)

Antes, só Israel havia boicotado nas Nações Unidas o debate sobre Direitos Humanos para não enfrentar sua extensa lista de ataques aos direitos dos palestinos

Os Estados Unidos chegam nesta terça-feira (10) como o único dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que se recusa a participar da Revisão Periódica Universal (RPU), o mecanismo pelo qual todas as nações têm o histórico de direitos humanos examinado pelos pares. É o segundo ano seguido de boicote: em novembro de 2025, Washington já havia faltado à avaliação, e o Conselho de Direitos Humanos adiou o exame por um ano, a fim de que o governo de Donald Trump voltasse atrás.

A RPU é realizada a cada quatro anos e meio, aproximadamente, e é um dos instrumentos mais universais do sistema da ONU: não distingue grandes de pequenas potências nem democracias de regimes autoritários. Cada país apresenta seu relatório, recebe perguntas e recomendações dos demais e decide quais acolher. As recomendações não são vinculantes. O peso do mecanismo está justamente na regra de que ninguém fica de fora.

O precedente é raro. Antes dos EUA, só Israel havia boicotado a avaliação, no início de 2013, mas o país acabou aceitando participar dez meses depois. Mesmo no primeiro mandato de Trump, quando os EUA deixaram temporariamente o Conselho de Direitos Humanos, o país se submeteu ao seu terceiro exame, em 2020.

A sabotagem trumpista ocorre em meio a um conjunto de políticas que têm gerado protestos e denúncias em escala global, como as deportações em massa, os ataques contra embarcações pesqueiras no Caribe, a agressão militar ao Irã e em outras regiões, e a recusa e negação sistemática a políticas de igualdade e diversidade. São essas condutas que o mecanismo da RPU foi desenhado para avaliar. Ao se ausentar, Trump evita que essas práticas sejam formalmente questionadas no fórum multilateral mais abrangente do planeta.

O Departamento de Estado deixou claro que o governo não pretende respeitar o procedimento. "Não conferimos nenhuma credibilidade a esse órgão", afirmou o porta-voz. Segundo ele, o Conselho "faz pouco caso dos direitos humanos, ao falhar sistematicamente em defender seus próprios 'valores' enquanto promove uma retórica anti-americana", além de demonstrar "incapacidade persistente em condenar os violadores mais flagrantes dos direitos humanos". Em Genebra, onde a sessão está marcada, poucos esperam a presença de representantes norte-americanos.

"FIM À IMPUNIDADE"

Organizações da sociedade civil aproveitaram a data para cobrar a comunidade internacional. Jamil Dakwar, da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU), afirmou que o governo não comparece, pelo segundo ano, para responder sobre violações sistemáticas, e pediu ao Conselho que ajude a pôr fim à impunidade dos EUA. Também esteve em Genebra Noor Abdalla, mulher de Mahmoud Khalil, ativista pró-palestino com residência permanente que o governo tentou expulsar no ano passado, para quem a ausência de prestação de contas do governo mais poderoso do mundo o leva a achar que pode tudo.

Sem o aval de Washington, o exame ocorre numa espécie de limbo. O episódio testa a capacidade das Nações Unidos de manter a universalidade de um instrumento que dependia, sobretudo, da adesão voluntária de todos.

Irã negocia com Putin aquisição do sistema S400

O Irã está negociando com a Rússia o fornecimento dos sistemas de defesa aérea russos, os S-400, depois dos ataques dos EUA e Israel terem danificado as redes de radares e mísseis do Irã em 2024 e no conflito atual em 2026, o acordo irá fornecer às forças iranianas 90 lançadores avançados dos S 400.

De acordo com o jornal britânico, The Telegraph, um alto oficial iraniano disse que Teerã está otimista com a entrega do armamento por parte do presidente russo, Vladimir Putin.

O chefe de segurança iraniano, Mohsen Rezaei, esteve em visita a Moscou na quinta-feira, com uma carta oficial para o presidente russo do líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, que segundo o oficial iraniano seria para tratar de negociar a compra do sistema S-400.

O embaixador do Irã em Moscou, Kazem Jalali, disse em uma entrevista que a presença de Rezaei em Mocou era para discutir sobre cooperação estratégica de alto nível e que a reunião de Rezaei com Putin aconteceu cordialmente e durou três horas. Segundo Jalali, a reunião serviu para demarcar as decisões de Teerã e acelerar a construção da ferrovia Rasht-Astara, para concluir o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC) e sobre o planejamento da construção de um gasoduto que trará o gás natural russo para o Irã.

"Questões regionais importantes foram discutidas com Putin, e conversas significativas ocorreram a respeito do período pós-guerra e dos acordos de segurança regional", disse Rezaei depois da reunião. "O mundo inteiro admira a coragem e a firmeza do povo iraniano", afirmou o presidente russo.

"Vladimir Putin, classificou o assassinato do secretário-geral do Conselho Supremo de Segurança do Irã, Ali Larijani, como um "erro tremendo", ao mesmo tempo em que elogiou a coragem, o heroísmo e a resiliência da nação iraniana."

A reunião de Rezaei com Putin para negociar a entrega do sistema S-400 também desmente o presidente americano, Donald Trump, de que os russos não estão fornecendo ajuda para o Irã.

De acordo com o artigo do The Telegraph, os russos já estavam discutindo há anos a venda do sistema S-400 para Teerã, mas até agora não fizeram por receio de afetar a relação de Moscou com outros países da região.

Um artigo do Financial Times disse que a Rússia já havia concordado, em 2024, de fornecer 90 lançadores avançados de mísseis para o Irã, projetados mísseis do tipo LMUR ou Izdeliye 305, mas a Al Jazeera disse que não se pode confirmar se o armamento foi entregue.



Defesa aérea com S400, versão mais avançada

"A economia deve estar a serviço do povo", disse o Papa na Argentina

"A economia deve estar a serviço do povo, e não o contrário", disse o papa, pouco depois de chegar na Argentina. Leão XIV está fazendo uma viagem de 12 dias pela América Latina, a Argentina é a segunda etapa da viagem, depois da estadia no Uruguai. A próxima etapa será a visita ao Peru.

"Minha chegada à Argentina tem um significado pessoal. Durante anos, a Igreja universal ouviu a voz do Papa Francisco, que guardava com carinho, em sua memória e em seu coração, os lugares, as pessoas e a fé que aqui recebeu", declarou Leão XIV.

O pontífice ressaltou a situação da classe trabalhadora que "apesar do trabalho árduo, ainda assim luta para suprir as necessidades de suas famílias" e fez uma defesa dos pobres e aposentados, uma crítica indireta à política de cortes de Milei. O Papa também destacou a necessidade de que "seja demonstrada especial atenção àqueles afetados por doenças, dependência e deficiência".

"Aqueles que exercem autoridade têm o dever de agir com prudência, reconhecer os limites do poder que lhes foi confiado e orientar suas decisões para o bem de toda a comunidade", acrescentou Leão. O comentário resultou em fortes aplausos da plateia no Palácio Libertad.

Quando esteve no Uruguai, Leão XIV fez um apelo por um sistema de saúde universal para "todas as sociedades". O papa passou recentemente por uma cirurgia e hospitalização em Roma, depois de um diagnóstico de câncer no pulmão: "Vivenciei em primeira mão as limitações impostas pela doença e recebi cuidados pelos quais sou profundamente grato", disse.

O papa Leão então concluiu que "essa experiência me faz pensar nos muitos homens e mulheres que não têm os meios para obter um diagnóstico oportuno ou receber os tratamentos de que precisam".

"Garantir que a assistência médica seja acessível a todos, independentemente de seus recursos, é um dever que se impõe a todas as sociedades", finalizou.

Polícia descobre bunker na mansão do Bolsonaro paraguaio

Uma operação de busca e apreensão no Paraguai revelou um dos detalhes mais inusitados do escândalo que derrubou o ex-presidente Santiago Peña: duas portas blindadas escondidas atrás de uma parede falsa, dentro de sua mansão de veraneio em San Bernardino, a cerca de 50 quilômetros de Assunção. Investigações e relatórios independentes apontam que a mansão com vista para o lago Ypacaraí é avaliada em dois milhões de dólares.

Desde a manhã desta segunda-feira (9), polícia e Ministério Público tentam abrir o segundo compartimento, encontrado durante as diligências do último fim de semana.

O acesso à área é protegido por quatro etapas de segurança. Segundo o jornal paraguaio ABC Color, o dispositivo usa tecnologia israelense e exige códigos, verificações múltiplas e o reconhecimento da íris do proprietário. Ou seja, mesmo com a casa sob controle das autoridades, o conteúdo permanece inacessível sem a biometria do dono, já encarcerado.

O agente Christian Benítez disse que foram mobilizados especialistas para assessorar e determinar o procedimento mais adequado, a fim de acessar o próximo compartimento. As opções são uma detonação controlada, o deslocamento da ex-primeira-dama, Leticia Ocampos, ou a intervenção de outros familiares.

O Bolsonaro paraguaio foi alvo de impeachment e está preso por envolvimento no escândalo do Ueno Bank ao lado de oito executivos da instituição. O Ueno era o maior banco digital do país, com três milhões de clientes numa população de seis milhões e meio de habitantes, e sua quebra deixou uma multidão sem acesso ao dinheiro depositado.

A investigação aponta que os diretores da instituição manipularam seu patrimônio para dar credibilidade às operações e concederam empréstimos a empresas ligadas ao próprio grupo controlador. É nesse contexto que o esconderijo ganha ainda mais peso: o ex-presidente teria investido um milhão de dólares somente na construção da "fortaleza". Investigadores suspeitam que recursos de empréstimos do Ueno tenham financiado a obra.

Leia mais no site do HP

Ex-aliado de Zelensky revela torturas do regime de Kiev

Aleksandr Dubinsky, ex-aliado de Zelensky, disse na sexta-feira(6) no Telegram que milhares de ucranianos estão detidos em instalações clandestinas de tortura, espalhadas por toda a Ucrânia. Segundo ele, as vítimas estariam sendo extorquidas a pagar até 15 mil dólares para serem libertadas do cativeiro.

Ex-aliado de Zelensky, Aleksandr Dubinsky foi deputado eleito em 2019 pelo partido 'Servo do Povo', o mesmo de Zelensky. Em 2021 ele foi expulso do partido e os americanos impuseram sanções contra ele por se opor à guerra e ao governo de Zelensky. Em 2023 foi preso acusado de "alta traição" pelo governo ucraniano, acusação que Dubinsky nega e acusa o governo de Kiev de fazer perseguição política.

A declaração acontece depois que vídeos de protestos contra um dos locais de tortura viralizaram nas redes sociais. O local, perto da capital ucraniana, estava sendo operado por membros batalhão nazista Azov, que faz parte do exército ucraniano.

Dubinsky então citou dados que obteve em uma reunião conjunta do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU), do Departamento Estadual de Investigação (SBI) e da Polícia Nacional da Ucrânia, de que cerca de 1000 dessas instalações estariam operando na Ucrânia, cada uma delas com 30 a 40 prisioneiros.

Ele fez uma estimativa de que com 40.000 ucranianos presos, se eles pagassem um resgate de 15 mil dólares, a rede de extorsão de Zelensky poderia render até US$ 600 milhões por mês se o mesmo número de prisioneiros pagassem o resgate mensalmente.

Jornalista relata esquema de tortura e recrutamento forçado na Ucrânia.

Em entrevista ao podcast em espanhol, Séptimo Piso, o jornalista Pablo González relata como é o funcionamento dessas instalações de tortura e recrutamento forçado na Ucrânia.

"Na Ucrânia existem muito mais prisões clandestinas. As autoridades se defendem dizendo que são centros de recrutamento, mas nenhum país normal usa residências particulares para esse fim ou tortura pessoas", disse.

"A Ucrânia tem sérios problemas nessa suposta democracia que está construindo: não há eleições e seus cidadãos não podem sair do país, mesmo que não queiram lutar, são forçados a fazê-lo e presos em lugares como este".

"Qualquer pessoa que levante a voz contra a tortura é rotulada como inimiga da pátria, traidora ou espiã", continuou.

"A mídia ocidental praticamente ignorou esse fato e permaneceu em silêncio por quase dois dias, até lançar uma campanha para conter a crise. Isso demonstra que existe um sistema de tortura sendo acobertado e que o regime de Zelensky tem responsabilidades que se estendem também aos políticos ocidentais".

"O que estamos vivenciando tem origem na discriminação e nas violações contra a população de Donbas desde 2014, impulsionadas por um chauvinismo ucraniano, que historicamente colaborou com os nazistas e participou do extermínio de judeus, poloneses, russos e ucranianos comunistas, entre outros", finalizou González.

Colombianos convocam greve geral contra o ajuste fiscal do governo

A Colômbia se prepara para uma nova jornada nacional de protestos contra a política econômica pró-EUA de Abelardo de la Espriella. Centrais sindicais, organizações populares, movimentos camponeses, indígenas, afrodescendentes, estudantis e setores políticos da oposição convocaram uma greve geral para o próximo 19 de novembro (quinta-feira), em rejeição ao projeto de Lei de Resgate Econômico apresentado pelo governo entreguista. As medidas de "ajuste fiscal" de Espriella são denunciadas pelos movimentos sociais como um pacote que transfere para os trabalhadores e para as famílias mais pobres o custo da crise econômica e do desmonte do Estado.

Definida em um encontro nacional que reuniu mais de 1.500 delegados de organizações sindicais, sociais, políticas e comunitárias, a decisão prevê que a paralisação será acompanhada por manifestações massivas e pacíficas.

A Central Unitária de Trabalhadores (CUT) denunciou que a proposta governamental ameaça direitos sociais, reduz a capacidade de atuação do Estado e aumenta a pressão tributária sobre a população para beneficiar uma oligarquia de costas à nação.

Em comunicado conjunto, as entidades apresentaram a paralisação como "uma jornada em defesa da democracia, da soberania nacional, da paz, dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos". O chamado também reúne reivindicações relacionadas à educação, à saúde, aos direitos das mulheres e à proteção das comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas.

A mobilização ganhou dimensão política com o respaldo do ex-presidente Gustavo Petro, que convocou seus apoiadores a participar dos protestos. Em mensagem divulgada por seu canal no WhatsApp, Petro associou a manifestação à garantia das condições de vida da população. "A defender a comida e a vida. Às ruas", escreveu o ex-mandatário, repudiando as medidas de "ajuste fiscal" propostas por Abelardo de la Espriella.

O principal ponto de confrontação com o governo ultraneoliberal está nas mudanças tributárias previstas no Projeto de Lei 477, denominado "Lei de Resgate Econômico", por meio do aumento de impostos, que penaliza especialmente quem depende do salário para sobreviver.

Uma das medidas mais contestadas é a ampliação da cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) sobre produtos de consumo cotidiano, fazendo com que itens que atualmente são isentos ou possuem tributação reduzida de 5% passem a pagar uma alíquota de 19%.

A mudança preocupa porque atinge diretamente o custo da alimentação das famílias, produtos presentes na cesta básica, como café, açúcar, massas, frutas e verduras.

Leia mais no site do HP

Rio, 40 Graus



(...) Em Rio, 40 Graus, a população brasileira, isto é, o povo, era, ali, em 1955, enfim incorporado ao cinema

CARLOS LOPES

Há poucas semanas, fui convidado, pelo Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES), para um debate sobre **Rio, 40 Grau**s, filme de 1955.

O debate fazia parte da série "Cinema Brasileiro de A a Z", promovido por aquela entidade.

Foi muito interessante – e importante – a troca de ideias, da qual participaram Caio Plessmann e eu, coordenada pela presidente da UMES, Luna Martins.

Por isso, vale este breve registro, ainda que algo atrasado.

Rio, 40 Graus, de Nelson Pereira dos Santos, é o marco inicial do que depois se chamou "Cinema Novo" – que teria como principal teórico (e não somente teórico), Glauber Rocha, e que contaria, entre outros, com realizadores como Ruy Guerra; Carlos Diegues; Alex Viany; Joaquim Pedro de Andrade; Walter Lima Jr.; Zelito Viana; Luiz Carlos Barreto; Leon Hirszman, e não nos estenderemos mais sobre os nomes de seus realizadores – até porque a lista seria, realmente, extensa.

Mais importante, aqui, é perguntar: o que foi (ou é) o "Cinema Novo"?

Em que, especificamente, ele é "novo"?

Trata-se da inauguração, no Brasil, do cinema **nacional**. Podemos assegurar, ainda que em termos relativos, que o cinema **nacional** – o cinema que expressasse toda a nação – antes não existia. Certamente, houve a Cinédia, houve a Vera Cruz, houve a chanchada. Mas nada que fosse, em termos cinematográficos, a expressão de **todo o país** e de seu povo, assim como já fizera a literatura, em especial a literatura nordestina, que depois serviria de base para o Cinema Novo.

Como se pode ver em **Rio, 40 Graus**, a população brasileira, isto é, o povo, era, ali, em 1955, enfim incorporado ao cinema.

A data era significativa: um ano após o martírio do grande presidente Getúlio Vargas.

Até então, apesar dos esforços de Humberto Mauro no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), a partir de 1936, o cinema brasileiro era, essencialmente, uma atividade alienada, para dizer francamente, uma atividade, com algumas exceções, de brancos. Nas palavras do próprio Nelson Pereira dos Santos: *"eu não via nenhum ponto de referência no cinema brasileiro anterior que fosse ao encontro da cultura nacional. A gente estava começando do nada. Em um Brasil de maioria de negros e mulatos, nossos filmes eram brancos"* (v. HP 13/09/2021, **Zé Kéti, o samba tem opinião**).

O próprio Glauber Rocha, diria depois, sobre **Rio, 40 Graus**: *"Explodiu o primeiro filme revolucionário do Terceiro Mundo antes da Revolução Cubana"* (idem).

A favela, esse aglomerado habitacional tão característico das nossas cidades, onde reside, ainda, infelizmente, boa parte da classe operária brasileira, não fazia parte do cinema brasileiro antes de **Rio, 40 Graus**. É verdade que Humberto Mauro realizara, em 1935, um filme intitulado **Favela dos Meus Amores**, mas esta película estava – e está – perdida devido a um incêndio.

Em muitos artigos e estudos, ressalta-se muito a influência do neorrealismo italiano e da nouvelle vague francesa no surgimento do Cinema Novo.

Achamos essa influência, antes de tudo, embora não exclusivamente, formal. Nelson Pereira dos Santos definiria, assim, a influência do neorrealismo: *"identificar-se com o neo-realismo significava despojamento de linguagem, fazer cinema ainda em condições difíceis de produção, localizar o momento histórico, a realidade do povo, inclusive utilizando atores não profissionais"* (v. HP 13/09/2021, **Zé Kéti, o samba tem opinião**).

E, realmente, **Rio, 40 Graus** se parece bastante, por exemplo, com **Ladrões de Bicicletas**, filme italiano de 1948, realizado por Vittorio De Sica.

Porém, mais importante, em nossa opinião, é a influência, sobre **Rio, 40 Graus**, da atmosfera do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, desencadeado a partir da Revolução de 30. Esta influência é extremamente nítida, inclusive nos contrastes do filme: por exemplo, os cinco vendedores de amendoim da favela chocam-se, na visão do espectador, com o político corrupto ou com o latifundiário (?) urbano ou com o guarda do Jardim Botânico – ou com outras figuras, inclusive o sujeito que explora a energia que supre tanto a favela quanto a escola de samba do Cabuçu.

Como tramas paralelas, existem as histórias de Rosa (Glauce Rocha) e Pedro, o fuzileiro naval (Roberto Batalin); ou de Miro (Jece Valadão) e Alice (Cláudia Moreno).

Zé Kéti, além de autor da trilha sonora, orquestrada pelo maestro Radamés Gnatalli, é o companheiro inseparável de Miro (Jece Valadão antes de empreender sua carreira de personagens cafajestes).

Aliás, por falar em trilha sonora, ela perpassa o filme na versão orquestrada, mas aparece explicitamente ao final, na voz de Cláudia Moreno, coroada, então, rainha da escola de samba:

Eu sou o samba
A voz do morro sou eu
mesmo sim senhor
Quero mostrar ao mundo
que tenho valor
Eu sou o rei dos terreiros
Eu sou o samba
Sou natural daqui do Rio
de Janeiro
Sou eu quem leva a alegria
Para milhões de corações
brasileiros
Mais um samba, queremos
samba
Quem está pedindo é a voz
do povo de um país
Pelo samba, vamos
cantando
Esta melodia de um Brasil
feliz

A câmera sobe, e vemos, na janela de um barraco, a mãe de um dos vendedores de amendoim, exatamente o que morreu durante aquele domingo estupidamente quente.

A filmagem de **Rio, 40 Graus** foi heroica. A câmera foi emprestada por Humberto Mauro – e pertencia ao abandonado espólio do Instituto Nacional de Cinema Educativo.

Nas palavras de Irapuan Santos, presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro:

"... era uma posição de vanguarda, considerando-se o período da guerra fria em que se dava, quando milhares de dólares eram despejados por milionários americanos, através da CIA ou através dos Museus de Arte Moderna, para financiar a 'arte abstrata' que mascarasse o mundo.

"Foram estes os ingredientes do filme que mudou a história da cinematografia nacional: pouquíssimo dinheiro, a ponto de a equipe de filmagem e atores ficarem meses acampados num apartamento na Praça Cruz Vermelha, no Centro do Rio de Janeiro, alimentando-se à base de sanduíches de mortadela e macarrão, feito por eles mesmos nos dias mais fartos; o equipamento era uma câmera fora de uso e abandonada do Instituto Nacional do Cinema Educativo, emprestada por Humberto Mauro, segundo depoimento de Nelson Pereira dos Santos; atores, em sua maioria, não profissionais, escolhidos no Morro do Cabuçu, e a trilha sonora saída da cabeça de um mestre-de-obras da construção civil, o sambista Zé Kéti.

"O samba 'A Voz do Morro' tornou-se sucesso nacional, transformando-se numa das músicas brasileiras mais gravadas, inclusive no exterior. Evidentemente que o Coronel Menezes Cortes, então Chefe de Polícia de Café Filho, deu sua contribuição a tamanho sucesso, ao proibir a exibição do filme taxando-o de comunista, anti-nacional e contra os costumes, o que desencadeou uma grande mobilização de intelectuais, artistas e estudantes pela liberação do filme.

"O jornalista Hugo Sukman, em matéria para O Globo, em 25/04/1999, define o que foi **Rio 40 Graus**: 'o primeiro filme de Nelson é a nossa 'Roma Cidade Aberta' tropicalizado, autônomo em termos de linguagem, que sintomaticamente, do som do samba 'A Voz do Morro', de Zé Kéti, arranjado por Radamés Gnatalli, apresenta a Cidade do Rio de Janeiro em Rio 40 Graus. Ou seja: define logo que o personagem principal do filme é a cidade, que vai sendo mostrada através da trajetória pelo asfalto de cinco meninos do morro atrás da sobrevivência'."

Por fim, uma nota sobre o samba – que já era a música nacional, transmitida através do rádio, mas ainda não tinha o reconhecimento geral, que alcançou, exatamente, com este filme.



HP ESPECIAL

No alto, os vendedores de amendoim em Rio, 40 Graus (foto: divulgação) e, ao lado, pôster promocional do filme